



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 021

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Dr. Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE MARÇO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Carlos Simões.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 009/2004

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e Secretário Estadual da Segurança Pública:

A Deputada Luciana Rafagnin dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A implantação de um Posto de Polícia Florestal no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

2 - O objetivo da preterida implantação é o de dar a devida orientação aos assentados e agricultores daquela região e a necessária proteção ao meio ambiente.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A presente sugestão se justifica por se concentrar naquele município um dos maiores assentamentos de trabalhadores da agricultura familiar do Brasil. Já estão assentados cerca de 1.500 famílias em duas áreas e a tendência é de se ter um aumento significativo, com as novas desapropriações em andamento.

Também é de se salientar que, como muitas destas famílias nunca tiveram orientações sobre a proteção do meio ambiente, será de grande valia a implantação o quanto antes.

São famílias vindas de várias regiões do Estado, com realidades bastantes diferentes, o que poderá despertar o interesse pela agressão ao meio ambiente, e a implantação do Posto da Polícia Florestal, com certeza irá evitar e proteger muito nossas matas.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 157/2003 por dez (10) Sessões.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 435

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 626/2003 por cinco (05) Sessões.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada, com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja retirado de pauta, por 10 sessões, o Item 6, Projeto de Lei 484/2003, haja vista que lei nesse mesmo sentido já está regulamentada pelo Governo do Estado e a Secretaria de Estado da Saúde já começa a implementar esse programa no Estado do Paraná.

É fundamental evitar que a votação dessa matéria possa retardar a implementação desse importante projeto no Estado.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 484/2003, item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão, por 03 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a prorrogação por mais 121 (cento e vinte e um) dias, da sua licença para tratamento de saúde, a partir de 31.03.2004, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) ARLETE CARAMÊS

“COORDENADORIA MÉDICA

LAUDO MÉDICO Nº 013/2004

Aos trinta e um dias de março de 2004 a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em ARLETE IVONE CARAMÊS concluiu achar-se o mesmo com CID 10 K 80.1 e K 10.2 (diagnósticos de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte). Tendo-lhe sido concedido (121) cento e vinte e um dia de licença, para tratamento a partir de 31.03.2004. término 29.07.2004.

(a) Dr. ROGÉRIO SCHEIBE

Médico Chefe da Junta”

REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 484/2003 item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessões Ordinária do dia 1º mês de abril (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a alteração dos nomes dos Deputados da Bancada do PMDB que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI das Universidades, tendo como titular o Deputado Artagão Júnior em substituição à Deputada Elza Correia e como Suplente Deputado Ademir Bier em substituição ao Deputado Artagão Júnior.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 434

Senhor Presidente:

Observada as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada, com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, no dia 14 de abril (quarta-feira), na posse dos Conselhos de Administração e Superior da Associação Comercial e Empresarial de Maringá para o biênio 2004/2005, em Maringá, às 19h00, no Teatro Kalil Haddad.

Requer, outrossim, seja feita a justificativa da falta à Sessão Ordinária prevista para aquela data.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Erasmo Becker, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olívio Brustolim, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Clivati, ocorrido em 23 de março de 2004.

Que da decisão se dê ciência a família, com o envio de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Quebramos um silêncio amargurado e acompanhado por lágrimas, para lembrarmos o significado moral, familiar, social, político e religioso da vida do Sr. Arlindo Clivati, que nasceu no dia 16/08/1931 na cidade de Nova Prata - Rio Grande do Sul.

Moralmente, o Sr. Arlindo Clivati deixa exemplos das mais belas virtudes, rastreadas pela bondade e doçura de um coração que já não bate mais, mas que durante o pulsar de sua vida demonstrou dignidade que transpareceu em todos os seus atos.

Familiarmente, o Sr. Arlindo Clivati fez do amor o seu verdadeiro e autêntico apostolado: marido da Dona Geniy Assunta Marini Clivati, pai da Dra. Zélia, Dra. Sueli e Dra. Márcia e sogro, respectivamente, do Dr. Pedro, Dr. Fernando e Dr. Tadeu (*in memoriam*). Avô do Tiago, Thais, Mariana, Beatriz, Fernanda e Luis Henrique.

O Sr. Arlindo soube harmonizar sentimentos em proporções extraordinárias. No leito de dor, consciente, ainda dava mostras de sua valentia em defesa da união familiar. Seu caráter delineou linhas bem definidas ao preservar sua família.

Nos mais agudos açoites das intermináveis dores, após uma medicação, após receber a Santíssima Eucaristia ou um copo d'água, sempre tinha palavras amáveis aos que o rodeavam, acompanhados de um "obrigado".

Socialmente, o Sr. Arlindo Clivati marca sua passagem de cinquenta anos em Loanda, numa trajetória iluminada. Onde seu nome é pronunciado, vêm as colocações: "homem íntegro, honesto, trabalhador, dedicado, amável, de uma honra inabalável e imorredoura".

Amigo de todos, dócil e bom. Pessoa que nasceu para se impor à amizade, ao respeito e à consideração de todos que dele se achegavam.

Politicamente, o povo loandense reverencia sua memória como grande mediador. Preencheu uma cadeira como Vereador à Câmara Municipal de Loanda por duas vezes, nas gestões de 28/11/59 a 27/11/63 e 28/11/63 a 31/01/69 e foi Presidente da Câmara também por duas vezes, de 28/11/61 a 27/11/62 e 28/11/66 a 31/01/69 - nunca mediu esforços para unir facções, pacificar partidos políticos, oferecendo soluções, sempre objetivando o progresso e um futuro cada vez melhor para Loanda.

Espiritualmente, o Sr. Arlindo Clivati não conheceu obstáculos, principalmente há quarenta anos atrás,

quando, com a respeitável família Marini, deixou que seu suor fizesse parte da água que molhou o cimento do alicerce com o qual a Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida foi construída.

Dedicou-se com incansável amor a essa obra arquitetônica. Fez parte integrante de diversas comissões, por longos anos. E com esse amor a Jesus e Sua Igreja, aliado à grande e inabalável fé, nunca se deixou vencer pelas adversidades da vida, provações, nem mesmo pela sua doença. O heroísmo foi seu companheiro inseparável.

Hoje, ele partiu ao encontro do Pai. Deixou-nos a saudade e a lembrança da pessoa doce e amável.

Rogamos a Deus para que descanse em paz e que sua querida família continue sua brilhante trajetória e na semeadura dos seus exemplos mais dignos de amor, fé e credibilidade.

REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações ao jornal O Repórter do Paraná, alusivos ao seu lançamento neste dia, que com certeza será um importante veículo de comunicação em nosso Estado.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Otávio Buchi, Diretor-Superintendente do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Tapajós, 844 - CEP 80520-260, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações aos formandos do curso de Piloto Comercial da Universidade Tuiuti do Paraná, pela solenidade de colação de grau realizada na data de hoje, 31 de março de 2004, data esta que serve de ponto de partida para vãos ainda mais altos em suas carreiras profissionais.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar o formando Michael Andrade da Silva, na Rua Octávio Schiavon, 96 - Capão da Imbuia, Curitiba / PR, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Cianorte, assim como de modo especial ao Sr. Presidente

da EXPOVEST - Cianorte com votos de louvor e incentivo pelo desenvolvimento de atividades que tem trazido excelentes resultados para a região e para o Estado do Paraná.

De fato a EXPOVEST atingiu em 2004 sua décima sexta edição e se consagra como sendo um dos maiores eventos de moda do Sul do País, direcionado a lojistas e revendedores de moda.

A EXPOVEST apresenta sempre as tendências e os lançamentos da moda.

A Feira, promovida pela Associação das Indústrias de Confeções e do Vestuário, juntamente com o Sindicato das Indústrias do Vestuário, os cinco Shoppings Atacadistas de Confeções e a Rua da Moda, com o apoio do Poder Público Municipal, atrai lojistas de todo o País, sempre em busca de bons negócios.

Em todas as suas edições, a EXPOVEST tem trazido sempre uma característica principal: o sucesso.

A EXPOVEST - Feira Exposição do Vestuário, foi criada em 1989 por um grupo de 50 empresários do setor de confeções, durante a realização da Festa das Nações. A primeira edição da feira aconteceu em 1990, debaixo de barracões de lonas ao lado do ginásio de esportes da cidade, juntamente com a festa de aniversário da cidade. Na ocasião, participaram 90 expositores da cidade, região e de outros Estados. Nascia uma das maiores feiras de vestuário do Sul do País. Nessa edição, foram comercializados US\$2.5 (dois milhões e meio de dólares), para um público de 120 mil pessoas durante nove dias de feira.

Já no segundo ano, 1991, a feira, ainda debaixo de lonas e ao lado do ginásio de esportes, agregou 150 expositores de Cianorte, região e de vários Estados do País. Os resultados mais uma vez foram surpreendentes, as cifras chegaram na casa dos US\$ 4.0 (quatro milhões de dólares), para um público de 120 mil pessoas, para nove dias de feira. O otimismo rompeu fronteiras, as indústrias começaram a ampliar seu parque, novas empresas começaram a se instalar em Cianorte e região, os shoppings atacadistas se edificavam pela cidade. Nesta mesma data, empresários e prefeitura juntamente com os Poderes Legislativo Municipal e Estadual, procuraram criar um espaço permanente para a feira.

Sem dúvida o empenho da comunidade merece todo elogio e incentivo, servindo como exemplo para uma proposta de desenvolvimento regional marcado pelas potencialidades locais.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Empresa União Cascavel de Turismo - EUCATUR, pelo seu 40º aniversário, que ocorre no presente dia.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Tancredo Neves, 2222 - Bairro Alto Alegre, CEP 85805-260, Cascavel / PR.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição, queremos prestar nossa homenagem à União Cascavel de Turismo - EUCATUR, que completará 40 anos no dia 31 de março de 2004. Hoje a referida empresa se mostra como uma das maiores empresas de transporte coletivo do Brasil. Temos, na pessoa do Sr. Assis Gurgacz, um idealizador de sonhos, o qual com sua capacidade de trabalho e a coragem de quem confiou no potencial econômico da Região Oeste do Paraná, tendo seu Centro na Cidade de Cascavel.

Saindo moço de sua Cruz Machado, onde nasceu, Assis Gurgacz enfrentou a dificuldade, mas com trabalho e determinação levantou a empresa que hoje tem importante papel no universo empresarial brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de moção de louvor endereçada ao Grupo Paulo Pimentel pela apresentação do programa dominical GPP Rural.

Que da decisão desta Casa, se dê conhecimento aos apresentadores Sérgio Mendes e Rose Machado.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O agricultor paranaense já conhece os jornalistas Sérgio Mendes e Rose Machado desde quando a dupla apresentava um programa na antiga TV Imagem de Paranavaí.

O ótimo trabalho desenvolvido pelo casal rendeu-lhes credibilidade, admiração e um público cativo e atento.

A empresa de televisão fundada pelo ex-Governador e atual Presidente da COPEL, o Dr. Paulo Pimentel, mostra sua preocupação com a divulgação do agronegócio ao criar um programa voltado para as questões agropecuárias e, muito acertadamente confiar a sua criação e apresentação a Rose Machado e ao Sérgio Mendes.

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de moção de louvor endereçada ao professor Valdomir Basso Borba, Secretário de Educação do Município de Terra Rica, em virtude de sua premiação pela XV Edição dos Melhores do Brasil, durante o Seminário Nacional da Revista Leia Hoje.

Que a da decisão desta Casa, seja transmitida ao homenageado, por intermédio do Prefeito de Terra Rica, Dr. Mário Lanziani.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O professor Valdomir Basso Borba fez justiça à homenagem que foi concedida pela Revista Leia Hoje, durante cerimônia na Cidade de Rio de Janeiro, pela excelência do seu trabalho frente à Secretaria de Educação no Município de Terra Rica, no atendimento criterioso de todas as exigências formalizadas quanto à aplicação de recursos federais na área.

Toda a comunidade de Terra Rica, os demais professores, pais de estudantes e principalmente a classe estudantil, orgulham-se do feito do seu concidadão.

REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a expedição gratuita de cédula de identidade para alunos do Colégio Estadual Olavo Bilac, do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Olavo Bilac do Município de Medianeira, dispõe de uma clientela estudantil de aproximadamente 650 alunos, dos quais a maior parte são oriundos de famílias de baixa renda, que não dispõem de recursos para obter o documento de identidade.

Desejamos com a referida proposição oferecer o direito à cidadania aos clientes daquele Educandário, fornecendo documentos da Secretaria da Segurança gratuitamente.

REQUERIMENTO Nº 421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Waldir Pugliese, DD. Secretário Estadual dos Transportes, solicitando o calçamento poliédrico da estrada vicinal da Comunidade Arroio Dourado, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Arroio Dourado tem sua base econômica predominantemente ligada à agricultura, sendo difícil o acesso àquela zona rural, prejudicando o escoamento da produção agrícola, provocando tráfego lento e desgastes prematuros dos veículos, principalmente os de transportes pesados, tais como caminhões e

coletivos que utilizam-se daquela via para acessar o centro da cidade ou demais regiões.

Também com as obras de calçamento poliédrico facilitará o acesso aquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e consequentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº253 de 29/01/2003:

- Qual o número de cargos em comissão existentes no Governo do Estado até dezembro de 2003 e qual era o custo mensal para o pagamento destes salários?

- Qual o número atual de cargos em comissão e quantos estão preenchidos?

- Qual o custo mensal destes cargos?

- Desde que data os limites com gasto de pessoal estão acima dos limites prudenciais?

- Que medidas o Governo do Estado está tomando para a recondução das despesas aos limites aceitáveis?

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Mauricio Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação, solicitando estudos no sentido de viabilizar a instalação de uma sala de informática, equipada com 15 computadores, impressoras, mesas e cadeiras, no Colégio Estadual São José, localizado no Município de Tapira.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Sr. Sergio Franco, Diretor do Colégio Estadual São José (Rua Lapa, 840 - Tapira-PR - CEP: 87.830-000), e ao Sr. José França Belarmino, Vereador da Câmara Municipal de Tapira (Tapira-PR - CEP: 87.830-000).

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofícios aos Exmos. Srs. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, e Aldo Parzianello, DD. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a expedição

gratuita de cédula de identidade para alunos da rede pública estadual de ensino do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Foz do Iguaçu dispõe de uma clientela estudantil de aproximadamente 36.000 alunos, dos quais a maior parte são oriundas de famílias de baixa renda, que não dispõem de recursos para obter o documento de identidade.

Desejamos com a referida proposição oferecer o direito à cidadania aos clientes da rede estadual de ensino de Foz do Iguaçu, fornecendo sem custas a seus familiares esse imprescindível documento de identificação.

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofícios aos Exmos. Srs. Cláudio Murilo Xavier, DD. Secretário de Estado da Saúde, e Deputado Caíto Quintana, DD. Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, solicitando a doação de duas ambulâncias para o Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu experimenta um grande desenvolvimento, principalmente na área do turismo, e com o avançamento da economia cresce também a densidade demográfica, com imigrantes de diversas cidades do Paraná e do Brasil, sendo essas pessoas em sua maioria oriundas das camadas sociais inferiores, que, ao se instalarem na cidade dependem uniuclusivamente do atendimento médico público, fato que aumenta significativamente o número de consultas e por conseguinte o transporte de pacientes, razão pela qual apresentamos a referida proposição, objetivando assim oferecer um melhor atendimento na área da saúde pública local.

REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando agilidade no processo de análise para a aplicação da tabela de referência de vencimentos dos cargos do QPPE - Agente profissional classe A, prevista na Lei nº 13.666/2002, conforme solicitação do SINCLAPOL

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica tendo em vista que a Lei Complementar nº 89/2001 alterou o Estatuto da Polícia Civil, exigindo a comprovação de escolaridade de 3º Grau para o ingresso nas carreiras de escrivão de polícia, investigador de polícia, datiloscopista ou identificador datiloscópico.

Com base neste dispositivo, o SINCLAPOL ingressou com pedido de aplicação da tabela de referência de vencimento dos cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE (Agente Profissional classe A), conforme previsão da Lei nº 13.666/2002.

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003:

1 - Quantas pessoas prestam serviços à Rádio e Televisão Educativa - Paraná Educativa?

2 - Quantas são concursadas; quais os cargos que ocupam e qual a atividade que desempenham. Relacionar os nomes, cargos, atividade efetivamente desempenhada e valores pagos nos últimos seis meses;

3 - Quantos cargos em comissão existem; quem, os ocupa; qual a sua remuneração; que atividades efetivamente desempenham?

4 - Quantos trabalhadores extras (que recebem por cachê) foram contratados a partir de 2003; quais os valores pagos a título de cachê; qual a jornada de trabalho; que atividades desempenham?

5 - Como foi realizada a contratação desses trabalhadores; se há registro em CTPS; se existe contrato administrativo;

6 - Se foi assinado termo de compromisso (ajuste de conduta) perante o Ministério Público do Trabalho, qual o seu teor?

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER que, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes, visando ultimar os preparativos da transparência de domínio do trecho da BR-116 para o Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

Devido a importância para locomoção dos curitibanos e dos moradores da Região Metropolitana de Curitiba da BR-116 e da necessidade urgente de transfor-

mar essa rodovia em pólo de integração e desenvolvimento, assim como se fazer reparos em toda a sua extensão, a ser transferida para o Município de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência à Exma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, DD. Diretora-Presidente da FUNDEPAR, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis, no sentido de agilizar a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 44.356,00, (quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seus reais), destinados a reparos emergenciais no Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola, no Município de Fênix - PR, bem como a instalação elétrica da quadra de esporte do Colégio. Processo protocolado sob nº 5.673.228-4.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Santo Inácio de Loyola, do Município de Fênix, encontra-se em péssimo estado de conservação. Faz-se necessário a reforma urgente do mesmo, tendo em vista que o estado atual do colégio coloca em risco os alunos, pois as fossas estão afundando, não existe calçamento adequado, há necessidade de pintura, iluminação da quadra de esportes e construção de alambrado.

REQUERIMENTO Nº 436

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido dos moradores dos Assentamentos Banco da Terra e Adão Honorato, os quais pedem a ligação de luz nos mesmos. O Programa Luz Fraterna e os contratos estão conforme, os postes estão instalados, faltando somente a ligação da luz. Trata-se de obras sociais e a falta desse benefício tem trazido muitos transtornos aos moradores locais. Sem luz não há dignidade, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido dos moradores dos Assentamentos Banco da Terra e Adão Honorato, os quais pedem a ligação de luz nos mesmos. O Programa

Luz Fraterna e os contratos estão conforme, os postes estão instalados, faltando somente a ligação da luz. Trata-se de obras sociais e a falta desse benefício tem trazido muitos transtornos aos moradores locais. Sem luz não há dignidade, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Município de São José dos Pinhais, mais especificamente do Bairro Afonso Pena, que pedem policiamento ostensivo, em regime de urgência, em todo o bairro, principalmente nas proximidades do Colégio Afonso Pena. São muitas as gangues existentes no bairro e os moradores não podem mais sair de suas residências face à falta de segurança.

Toda a comunidade encontra-se apreensiva. A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará tranquilidade a toda Comunidade.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 438

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Pinheirinho, mais especificamente da Rua João Corrêa, que pedem policiamento ostensivo, em regime de urgência, em todo o bairro, principalmente nas proximidades da referida rua.

Nas proximidades, existe uma "área de invasão" e os ladrões entram livremente nos quintais e residências à noite. Várias ocorrências já foram comunicadas ao "Serviço 190", porém a polícia não aparece, deixando toda a comunidade muito apreensiva e desprotegida. A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará tranquilidade a toda Comunidade.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, no sentido de esclarecer as seguintes questões:

1 - Qual os objetivos do Programa Bom Emprego, instituído pelo Decreto nº 1.464/2003.

2 - Quantas empresas estão sendo beneficiadas pelo Programa? Especificar as empresas cadastradas.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, solicitar informações à Secretaria de Estado da Saúde, quanto à possibilidade financeira de um projeto de lei que obrigue a realização de exame que identifique a “distrofia muscular Duchenne” em todos os recém-nascidos do Estado do Paraná.

Ademais, solicitamos seus valiosos préstimos em realizar uma análise técnica sobre a viabilidade deste projeto de lei, identificando, dentre outros pontos que julguem convenientes, a importância da realização do exame, condições para a sua realização, etc.

Aproveitando ainda esta oportunidade, desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião, informar quais os resultados práticos, providências que vêm sendo tomadas, ou medidas implementadas, decorrentes da viagem do Sr. Governador e respectiva comitiva à região da Galícia, na Espanha, no período de 14 a 23 de setembro de 2003, onde participaram da Word Fishing Exhibition, para conhecer programas de pesca e empreendimentos de maricultura.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH e FERNANDO RIBAS CARLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 088/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a incorporar ao patrimônio do Governo do Estado do Paraná, os veículos apreendidos em inspeções de trânsito e não reclamados por seus proprietários no período de 06 (seis) meses.

Art. 2º - Os veículos apreendidos, em bom estado, nos termos desta lei, serão utilizados pelas Secretarias da Segurança Pública e da Justiça, órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos com sede e foro no Estado do Paraná, através de cessão de uso, para fins específicos.

§ 1º - Os veículos apreendidos e considerados irrecuperáveis serão levados a leilão, e a receita arrecadada será destinada aos Fundos - FUNRESPOL e FUNPM.

Art. 3º - Nos casos em que haja interposição de recurso administrativo contra a penalidade de apreensão do veículo, o prazo previsto no *caput* fica suspenso até a decisão final.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Os problemas relacionados à segurança pública estão entre aqueles que mais preocupam atualmente a sociedade brasileira. Furtos, assaltos, seqüestros e outros ilícitos assombram o cotidiano das metrópoles e grandes cidades e já começam a ser motivo de preocupação também nos centros urbanos de médio porte.

O Governo Federal e o Governo Estadual, bem como toda sociedade de um modo geral, para tentar equacionar problemas têm participado de muitas ações. Entre elas podemos citar a recente aprovação do Estatuto do Desarmamento, que traz restrições ao registro, porte e comercialização de armas e a lei estadual que remunera as pessoas que entregam armas à Secretaria da Segurança Pública do Estado. Entretanto, a carência de recursos, não apenas financeiros, mas também humanos e materiais, tem dificultado uma ação mais efetiva nessa área, por exemplo.

No intuito de contribuir para o reaparelhamento dos órgãos do Estado, estamos oferecendo à apreciação da Casa a presente proposição. Uma vez aprovado a norma que se pretende criar vai permitir que veículos apreendidos por qualquer irregularidade e não reclamados pelos respectivos proprietários no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data de remoção para o depósito, sejam incorporados ao patrimônio do Estado.

Uma vez concretizada essa incorporação patrimonial, os veículos em bom estado de conservação ou que sejam passíveis de recuperação serão destinados aos serviços do Estado. Os veículos irrecuperáveis, por sua vez, serão levados a leilão, sendo a receita arrecadada destinada ao Fundo Estadual.

Outro aspecto importante a ser lembrando é a suspensão do prazo previsto e, conseqüentemente, da incorporação do bem ao patrimônio público, no caso da interposição de recurso administrativo contra a penalidade de apreensão do veículo. Destina-se, esse dispositivo, a proteger o proprietário que, porventura, venha a

ter seu veículo apreendido por um equívoco da autoridade de trânsito. Caso o procedimento administrativo de recurso seja demorado, a suspensão do prazo vai evitar equívocos maiores.

Temos a certeza que a medida preconizada, embora simples, vai resultar em ganhos significativos para o combate e a prevenção da violência urbana, principalmente, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para sua rápida aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 089/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Artesanato de Costureiras de Roncador - ARTIRON, com sede no Município de Roncador e foro na Comarca de Iretama-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Artesanato e Costureiras de Roncador - ARTIRON, com sede na Praça Moisés Lupion, s/nº, no Município de Roncador-PR, é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, destinada à representação social e defesa econômica dos produtores associados, tendo por objetivos:

I - a compra em comum dos produtos necessários ao desenvolvimento das atividades de artesanato e costura e a venda dos produtos do trabalho dos associados;

II - manter serviços de cadastro de associados, mercado fornecedor e consumidor;

III - comercializar em comum da produção de seus associados e organização da Feira do Produtor para venda individual;

IV - a prestação de assistência técnica e de informação de mercado ao quadro social;

V - aquisição de bens de consumo e uso pessoal e gênero de primeira necessidade ao quadro social;

VI - a representação dos interesses de seus associados.

PROJETO DE LEI Nº 090/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A prestação de serviços de implantação, reparos, mudanças e demais atividades afins nas redes de cabeamento estruturado, abrangendo-se nestes, insta-

lações elétricas de transmissão de dados; somente poderão ser executados com a supervisão e acompanhamento de profissionais da área elétrica, devidamente habilitados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, para tais serviços.

Art. 2º - A liberação de alvarás obedecerá às normas e exigências impostas pelas secretarias municipais de urbanismo e obras em conformidade à lei de utilização do solo do município, exigindo-se além dos projetos essenciais previstos à apresentação de projeto de infraestrutura, adequando ou prevendo as respectivas redes de instalação à reforma, ampliação ou edificação da obra.

Art. 3º - As empresas que ofereçam seus serviços nas respectivas áreas abrangidas por esta lei, deverão contar com profissional habilitado junto ao CREA em seus quadros, devidamente qualificado, a fim de poder exercer livremente e sem qualquer risco suas atividades.

Art. 4º - As empresas que não possuam em seus quadros, profissional habilitado junto ao CREA, deverão no prazo máximo de 90 dias suprir essa exigência, sob pena de multa, sem prejuízo da suspensão do alvará de funcionamento da respectiva empresa ou licença de funcionamento.

Art. 5º - Os prédios públicos e particulares deverão, no prazo máximo de dois anos, adequar-se à presente lei, apresentando para tanto, projetos de implantação de redes de cabeamento estruturado, sob pena de não terem renovados os seus alvarás, licenças ou autorizações expedidas pelo Poder Público, sem prejuízo da aplicação de multas e interdições.

Art. 6º - Ficam excluídos da abrangência desta lei, casas e ambientes residenciais que não ultrapassem o limite de cinco pontos de instalações.

Art. 7º - Para efeito e cumprimento desta lei adotam-se os anexos referentes às definições, termos e parâmetros técnicos para sua aplicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto objetiva melhorar a qualidade das execuções de serviços públicos e privados, no que diz respeito às instalações em redes elétricas, oferecendo melhor qualidade e segurança aos usuários.

Através de acompanhamento e supervisão de profissional qualificado e habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART,

os serviços executados pelas empresas sofrerão uma melhoria na qualidade, o que beneficiará muito os usuários.

Com a presença de profissionais formados e habilitados junto ao CREA, nas realizações dos serviços, teremos, além da qualidade, uma segurança maior sobre os serviços realizados.

PROJETO DE LEI Nº 091/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É dever do Estado, fornecer gratuitamente medicamentos de uso contínuo e os demais para garantia da vida do paciente.

Art. 2º - Para garantia da saúde cria-se o Programa de Fornecimento de Medicamentos para Pessoas Hipossuficientes, Portadoras de Doenças Crônicas e de Necessidades Especiais, bem como Pacientes Transplantados do Estado do Paraná, cuja gerência fica a cargo da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º - São condições de ingresso no presente Programa:

I - ser, o paciente, usuário das unidades hospitalares públicas do Estado do Paraná, ou atendido pelo Sistema Único de Saúde, seja em regime de internação ou ambulatorial;

II - ser, o paciente, hipossuficiente, isto é, aquele incapaz de prover as despesas com medicamentos sem colocar em risco a sua subsistência ou de sua família;

III- ser, o paciente, portador de doença crônica, de necessidades especiais ou transplantado, que faça uso de medicação contínua ou que garanta a sua saúde, de forma perfeita, a preservar-lhe a vida;

IV - comprovar, através de atestado médico emitido por médico integrante do sistema de saúde do Paraná ou do Instituto Nacional de Previdência Social, a necessidade do uso do medicamento do Programa.

Art. 3º - O paciente deverá, anualmente, ser submetido a uma perícia médica, a ser realizada por um médico integrante do sistema de saúde do Paraná, que atestará a necessidade do medicamento.

Parágrafo Único - O paciente perderá o benefício do fornecimento do medicamento, quando na perícia constatar não ser mais necessário o uso de medicamento.

Art. 4º- Para fiscalização e avaliação do cumprimento do Programa de Fornecimento de Medicamentos para Pessoas Hipossuficientes, Portadoras de Doenças Crônicas e de Necessidades Especiais, bem como Transplantados do Estado do Paraná, cria-se uma Comissão de Fiscalização e Avaliação formada por:

I - 01 (um) médico efetivo dos quadros da Secretaria de Estado de Saúde;

II - 01 (um) médico efetivo dos quadros da Secretaria de Estado da Saúde;

II - 01 (um) membro indicado pela Comissão Permanente da Saúde, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

III - 01 (um) membro indicado pelo Ministério Público do Estado do Paraná;

IV - 01 (um) membro indicado pela Defensoria Pública do Estado do Paraná;

V - 01 (um) membro indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná.

§ 1º - A Comissão de Fiscalização e Avaliação se reunirá trimestralmente para avaliar e fiscalizar o cumprimento da presente lei, remetendo a cópia do relatório à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ou ao Ministério Público do Paraná, se entender cabível alguma medida judicial.

§ 2º - O Poder Executivo Estadual terá o prazo de 60 (sessenta) dias para formar a Comissão de Fiscalização e Avaliação.

§ 3º - Os membros da Comissão de Fiscalização e Avaliação não farão jus a nenhum benefício financeiro, a qualquer título.

§ 4º - A Comissão de Fiscalização e Avaliação utilizará um espaço da Secretaria de Estado da Saúde, designado para o funcionamento da mesma.

Art. 5º - As despesas decorrentes da implantação e execução do Programa de Fornecimentos de Medicamentos para Pessoas Hipossuficientes, Portadoras de Doenças Crônicas e Transplantados do Estado do Paraná, advirão dos recursos do Fundo Estadual de Saúde.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República nos artigos 5º, 6º e 196, asseguram a todo cidadão acesso igualitário a tratamento de saúde, sendo seu dever o fornecimento de todo medicamento que possa, de qualquer maneira, controlar o quadro de doenças instalado. Não se questiona que o fornecimento gratuito de fornecimento de serviços de saúde e medicamento constitui responsabilidade do Estado, derivada do mencionado artigo 196 da Constituição da República.

A proposição ora apresentada justifica-se por se fundamentar nas políticas públicas sociais que visem a redução do risco de doenças, assegurando o acesso universal igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

PROJETO DE LEI Nº 092/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigados os médicos que atuam no Estado do Paraná a prescreverem suas receitas exclusivamente de forma impressa.

Art. 2º - O tamanho da letra bem como seu estilo deverá seguir as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 3º - O descumprimento desta lei acarretará em multa de 200 (duzentas) UFIR's.

Art. 4º - A fiscalização do cumprimento desta lei caberá ao PROCON-PR.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Visa esta presente proposição facilitar a identificação das receitas prescritas pelos médicos, pois, na maioria das vezes a pessoa que presta atendimento na Farmácia usa da dedução para fornecer o medicamento colocando assim a vida do consumidor em perigo.

PROJETO DE LEI Nº 093/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas de ônibus de viagem, operadoras de linhas convencionais intermunicipais e os que partem do Estado do Paraná para outros Estados, assim como as empresas fretadoras de ônibus para turismo, ficam obrigadas a prestarem aos seus passageiros as seguintes informações de segurança, quando da partida dos ônibus dos terminais rodoviários:

I - indicar as saídas de emergências do veículo para o caso de acidentes e/ou emergência;

II - indicar o correto acionamento e manuseio dos mecanismos de saída de emergência do veículo, nos casos emergenciais e/ou de acidentes;

III - dar instruções de segurança que orientem os passageiros como agirem e se comportarem nos episódios de acidentes e/ou de emergência.

Art. 2º - O não cumprimento desta lei ensejará a aplicação de multa aos responsáveis das empresas concessionárias mencionadas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua aplicação, cabendo a ele fixar os valores das multas a serem aplicadas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A lei em epígrafe trata como instrumento fundamental a segurança pública, que é dever estatal e direito do cidadão. Tem por objetivo instituir a obrigatoriedade junto às empresas de ônibus de linhas convencionais estaduais, intermunicipais e de turismo, de informar seus passageiros as medidas de segurança do veículo, a título de conhecimento e prevenção de acidentes.

A exemplo das operadoras de linhas aéreas, onde as aeromoças dão instruções aos seus passageiros quanto à funcionalidade da aeronave, posturas de segurança que deverão ser adotadas durante o voo, bem como instruções de segurança em casos de acidentes, orientando os passageiros sobre sua postura, conduta e locais que deverão se dirigir em casos de emergências e/ou acidentes, nossas operadoras de linhas de transporte terrestre, deverão adotar postura semelhante, orientando e evitando acidentes por falha de comunicação e por desconhecimento do passageiro, quanto à postura que deverá adotar em casos de acidentes e/ou emergências.

É de conhecimento de todos que os ônibus que possuem sistema de refrigeração, os vidros são lacrados e, em caso de acidente, inúmeras vidas são ceifadas por desconhecimento das saídas de emergências. A imprensa veiculou recentemente um acidente de grandes proporções, que poderia ter seu resultado trágico minimizado se os passageiros soubessem como agir numa situação emergencial como a que se apresentou.

Diante do exposto e imbuído do mais alto dever desta Casa, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto que considero de relevante valor para a população paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 094/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de General Carneiro, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa atender inúmeros pedidos da população do Município de General Carneiro, que buscam o maior conforto para diminuir assuntos concernentes a trânsito, não precisando se deslocar até o Município de União da Vitória.

É uma aspiração antiga desta população, pois para solucionarmos problemas de regularização documental de seus veículos, os municípios são obrigados a realizar gastos elevados para contar com o serviço público do DETRAN.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 095/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A produção agrícola orgânica dos pequenos agricultores neste Estado, poderá ser subsidiada em até 30% (trinta por cento) do seu custo, com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado.

Parágrafo Único - Para os efeitos do disposto neste artigo, pequeno agricultor é aquele que cultiva área de terras não superior a 50 hectares.

Art. 2º - Para os fins previstos no artigo anterior o Poder Executivo está autorizado a abrir crédito adicional suplementar na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), utilizando como fonte de recursos o cancelamento de parte da dotação da SUDERHSA, - 6930.10541152.405, nos termos do inciso III do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - O cancelamento previsto no *caput* corresponde ao seguinte detalhamento:

Natureza da Despesa 44905100 - Fonte 100 - no valor de R\$ 500.000,00; e

Natureza da Despesa - 44905100 - Fonte 103 - no valor de R\$ 500.000,00.

Art. 3º - O Governo Estadual adotará as medidas necessárias para a implementação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães,
Fernando Ribas Carli, Barbosa Neto, Elio Rusch,
Miltinho Pupio.

JUSTIFICATIVA:

A agricultura orgânica é de fundamental importância para a produção de alimentos saudáveis e de excelente qualidade para a população. Nós paranaenses estamos iniciando um processo de crescimento desse segmento de cultura, e sua expansão depende do apoio das autoridades para que o consumo de produtos mais saudáveis não seja privilégio de uma minoria da sociedade em função do alto custo da sua produção.

Na sua produção não são utilizados agrotóxicos e defensivos à base de produtos químicos, pois o seu pro-

cesso de cultivo adota, exclusivamente, o uso de adubos e defensivos puramente orgânicos o que eleva os respectivos custos.

Assim, este projeto, em consonância com o estabelecido no Plano do Governo Estadual, no tocante ao incentivo a pequenos agricultores e tipos de culturas, conforme delineado no PPA 2004 - 2007, vem inserir neste contexto os pequenos agricultores orgânicos do Estado do Paraná, visando o crescimento deste segmento no cenário da agroindústria paranaense, bem como aumentar a oferta de alimento saudável e de qualidade ao nosso povo.

Este projeto não provoca mudanças estruturais ou programáticas nas políticas do Governo Estadual, apenas lhe confere o instrumento para viabilizar suas metas, que diga-se, já estão contempladas no plano Plurianual, conforme se esclarece em seguida.

Os fundamentos para esta proposição estão assim definidos pelo Governo Estadual.

A Lei nº 14.276, de 29 de dezembro de 2003 que aprovou o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, dispõe em seu Programa 10 - Desenvolvimento da Agropecuária e contempla, na Ação 10.5 - Promoção e execução de políticas agrícolas, cuja finalidade é a de promover o desenvolvimento sustentado em zonas rurais, através de um conjunto de medidas. Menciona, ainda a referida ação programática, que o propósito do programa é fornecer apoio financeiro e técnico para algumas categorias de produtores e culturas.

O Apêndice 2 - Metas físicas e Financeiras da presente lei, destaca na atividade 2338 - Promoção e Execução de Políticas Agrícolas, a qual prevê atendimento a 21.288 pequenos produtores rurais ao longo de 04 anos, consignando para isto o valor de R\$ 21,2 milhões de reais.

A Lei 14.275 de 29 de dezembro de 2003, que aprovou o Orçamento para o exercício financeiro de 2004, contemplou para a atividade 2338 - Promoção e Execução de Políticas Agrícolas, a meta de 1.474 pequenos produtores rurais, alocando para isto recursos da ordem de R\$ 1.474.000,00 oriundos das fontes 107 - Convênio com Órgãos Federais e 148 - Outros Convênios.

Da Indicação dos Recursos

O recurso indicado para atendimento deste projeto, objetiva primeiramente atender programas de geração de emprego e renda, o que vem ao encontro da política do Governo Federal estabelecida no PPA e na LDO, sem, contudo, inviabilizar o orçamento da SUDERHSA, uma vez que comprometerá apenas 2,4% do seu total inicialmente previsto na Lei Orçamentária. Assim considera-se bastante oportuna apresentação e aprovação deste projeto que beneficiará grande parte dos pequenos agricultores orgânicos paranaenses que não sobreviverão neste importante setor da economia do nosso Estado, que é a agricultura de pequeno porte sem o apoio do Governo deste Estado.

PROJETO DE LEI Nº 096/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 11911 de 1º de dezembro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica assegurado o transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, mediante a apresentação de atestado expedido pelos Conselhos Municipais da Assistência Social ou entidades de portadores de deficiência.

§ 1º - As linhas de ônibus que compõem as redes integradas de transporte coletivo de regiões metropolitanas também são abrangidas pela previsão do *caput* desse artigo.

§ 2º - Nos casos de deficiência aparente fica dispensada a apresentação do atestado expedido pelas instituições mencionadas no *caput* desse artigo.

§ 3º - Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de vinte quatro horas, nos casos de linhas de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas.”

Art. 2º - Fica acrescido o parágrafo 4º ao artigo 3º da Lei 11.911, de 01 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 3º -...

§ 4º - Em todas as linhas intermunicipais, além do estabelecido nos parágrafos anteriores, que especificam as características das deficiências passíveis de receber isenção tarifária, ficam incluídos os portadores das seguintes patologias crônicas, como beneficiário do programa:

I - insuficiência renal crônica, em terapia renal substitutiva;

II - câncer, em tratamento de quimioterapia ou radioterapia;

III - transtornos mentais graves, em tratamento continuado, em serviços-dia (Hospital-dia, Núcleo de Atenção Psicossocial, Centros de Atenção Psicossocial, Escolas de Educação Especial que atendem condutas típicas, Serviços Residenciais Terapêuticos e Oficinas Terapêuticas);

IV - portadores de HIV, em tratamento continuado em serviço-dia;

V - mucoviscidose, em atendimento continuado;

VI - hemofilia, em tratamento;

VII - esclerose múltipla, em tratamento.”

Art. 3º - O artigo 5º da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - A isenção do pagamento da tarifa do transporte coletivo intermunicipal será válida também para o acompanhante, desde que atestado por instituição especializada ou pelas Secretarias Municipais de Saúde, que o deficiente não pode se deslocar sem acompanhante. Neste caso, além da carteira do deficiente será emitida uma exclusiva para o acompanhante vinculando o nome do titular.”

Art. 4º - Fica acrescido à Lei 11.911, de 01 de dezembro de 1997, artigo com o seguinte teor:

“Art... - Somente poderão se beneficiar desta lei usuários do transporte coletivo cuja renda familiar *per capita* não seja superior a 1.5 salário-mínimo nacional.”

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, PASTOR EDSON PRAZCYK, RENATO GAÚCHO, LUCIANA RAFAGNIN, ANDRÉ VARGAS, FELIPE LUCAS, PADRE PAULO CAMPOS, NELSON TURECK, RATINHO JÚNIOR, MARCOS ISFER, DELEGADO BRADOCK, DURVAL AMARAL, HERMAS BRANDÃO, FRANCISCO BÜHRER, DR. LUCIANO DUCCI, TADEU VENERI, BARBOSA NETO, CIDA BORGHETTI, WALDIR LEITE, JOCELITO CANTO e PEDRO IVO ILKIV.

JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

É de conhecimento público que projeto com esse mesmo teor foi apresentado em 2003, aprovado por este Legislativo e vetado pelo Governador do Estado. Diversas entidades de classe, instituições governamentais e não governamentais passaram a solicitar que o projeto fosse reapresentado. Da mesma forma diversos Deputados manifestaram expressamente seu interesse em ver o projeto sendo reapreciado pelo plenário.

Em face do exposto é que estamos reapresentando a proposição com a firme convicção de que terá o apoio da unanimidade ou maioria dos deputados estaduais e será sancionado pelo Chefe do Executivo Estadual.

A título de fundamentação técnica, transcrevemos documento elaborado e encaminhado pelo Ministério Público Estadual do Paraná, na pessoa do Procurador de Justiça, João Zaions Júnior e das Promotoras de Justiça Terezinha Resende Carula e Ana Cristina Martins Brandão.

Em seu documento, os doutos promotores, inicialmente apresentaram definições técnicas para alguns termos utilizados na proposição.

“a) Linha Intermunicipal - que se efetua entre duas ou mais cidades do mesmo Estado.

b) Deficiência - segundo a Organização Mundial de Saúde é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica (ver Decreto Federal nº 3.298/99).

c) Incapacidade - entendem-se toda a restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida que se considera normal a um ser humano.

d) Impedimento - significa uma “situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em razão da idade, sexo, fatores culturais e sociais).

A Constituição Federal/88 dispõe que:

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I -...

II -...

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”

Aqui vale o seguinte ensinamento (Silva, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 12ª ed., editora Malheiros, São Paulo, 1996, Pág. 208): A justiça formal consiste em “um princípio de ação, segundo o qual os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados da mesma forma”. Aí a justiça formal se identifica com a igualdade formal. A justiça concreta ou material seria, para Perelman, a especificação da justiça formal, indicando a característica constitutiva da categoria essencial, chegando-se às formas: a cada um segundo a sua necessidade; a cada um segundo seus méritos; a cada um a mesma coisa. Porque existem desigualdades, é que se aspira à igualdade real ou material que busque realizar a igualização das condições desiguais, do que se extrai que a lei geral, abstrata e impessoal que incide em todos igualmente, levando em conta apenas a igualdade dos indivíduos e não a igualdade dos grupos, acaba por gerar mais desigualdades e propiciar a injustiça, daí por que o legislador, sob “o impulso das forças criadoras do direito, teve progressivamente de publicar leis setoriais para poder levar em conta diferenças nas formações e nos grupos sociais.

A partir do exposto no artigo 5º (*caput*) da CF e de encontro com a doutrina supracitada é que a Constituição Federal busca concretizar a justiça social estabelecendo normas que visam proteger aqueles cidadãos com maiores dificuldades de integração social como por exemplo:

“Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”.

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”.

“Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

...

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;”.

De acordo com a Lei Federal nº 8.742 (07.12.93) que “dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências” a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas, tendo os seguintes objetivos:

“a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) amparo às crianças e adolescentes carentes;

c) a promoção à integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

Parágrafo Único - A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.”

Por sua vez, o artigo 4º da LOAS determina o seguinte:

a) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

b) universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

c) respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefício e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

d) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

e) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Já o Decreto Federal nº 3.298 (20.12.99) “que regulamentava a Lei nº 7.853, de 24.10.89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências” determina em seu artigo 5º os princípios que devem nortear os atos da administração pública, quais sejam:

“Art. 5º - A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecendo aos seguintes princípios:

I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem as pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e,

III - respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.”

Neste caminho segue a Constituição Estadual do Paraná ao dispor que:

“Art. 224 - É garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas aos maiores de sessenta e cinco anos e às pessoas portadoras de deficiência que comprovem carência de recursos financeiros.”

Vale aqui um elucidar o disposto no artigo 1º da Constituição Federal:

“Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

...

III - a dignidade da pessoa humana;”.

Ensina José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo. ed. Malheiros, 12ª ed, São Paulo, 1996, pág. 129) que: “a democracia pressupõe luta incessante pela justiça social”. Não pressupõe que todos sejam instruídos, cultos, educados, perfeitos, mas há de buscar distribuir a todos instrução, cultura, educação, aperfeiçoamento, nível de vida digno.

Também é necessário esclarecer a definição de carência segundo o Dicionário Aurélio:

“Carência - 1. Falta, ausência, privação. 2. Necessidade, precisão.

Carente - 1. Que carece, que não tem. 2. Que precisa, necessita; necessitado, falto.”

A respeito destes conceitos, deixa-se claro que há muito o portador de deficiência não quer mais ser tratado com assistencialismo e sim, ter garantido seus direitos para que exerça em todos os seus termos a cidadania.

O documento encaminhado pelo Ministério Público Estadual, encontra-se em anexo integralmente.

Ressalte-se: a reapresentação da proposição atende à solicitação de diversos setores da sociedade, da esfera governamental e não governamental.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVII, da Constituição do Estado do Paraná, o Decreto 2581, de 17 de fevereiro de 2004, que estabelece a exigência de Plano Diretor, indistintamente, para todos os municípios que necessitem firmar convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com a administração pública estadual.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI,
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO
RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS e
ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

O ato administrativo objeto deste Decreto Legislativo, impõe restrição aos Municípios com população inferior a 20 mil habitantes, extrapolando a norma constitucional e infraconstitucional que tratam da Política Urbana para todo o País.

- Artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

- Lei 10257/2001 - Estatuto das Cidades.

O decreto editado pelo Poder Executivo deste Estado, invocando o Estatuto das Cidades, sem nem mesmo declinar o número da respectiva lei, impõe a todos os Municípios, indistintamente, a obrigatoriedade de execução de Plano Diretor com recursos próprios ou financiados prioritariamente, para efeito de habilitá-los a firmar convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com a Administração Pública Estadual.

O texto de Decreto Estadual representa uma verdadeira coação para os pequenos Municípios que premidos pelos prazos da legislação eleitoral para efeito de assumir compromissos financeiros, vêem-se obrigados a contratar empresas especializadas para a elaboração de um plano técnico desta natureza, mesmo sem recursos para arcar com os seus elevados custos.

Considerando portanto, que o Decreto 2581 de 17/02/2004, exorbitou de sua competência regulamentar, faz-se necessária a intervenção deste Poder Legislativo para sustar o referido ato administrativo inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna é a Segurança Pública do nosso Estado do Paraná e, em especial a Segurança do Município de Ponta Grossa e em todos os Campos Gerais.

(Lê):

“Em 21 de novembro de 2003, o Secretário Luiz Fernando Delazari esteve em Ponta Grossa, no Fórum Permanente de Segurança Pública e anunciou que o Governo Federal iria liberar 8 milhões de reais para o aparelhamento policial.

Após mais de 120 dias, nenhuma das promessas que o Secretário fez se concretizou; o número de assaltos à mão armada em Ponta Grossa e região, triplicou no último ano o roubo de veículos, duplicou, as novas modalidades de crime estão sendo inventadas.

Os caminhoneiros estão sendo vítimas de roubos de tacógrafos, equipamento obrigatório, com um custo de R\$1.500,00.

O Instituto de Educação de Ponta Grossa teve há poucas semanas atrás, 15 computadores roubados de suas dependências, mostrando a fragilidade da polícia em defender até mesmo os bens do Estado.

No Município de Castro, os ladrões chegaram ao cúmulo de roubarem inicialmente três carretas, e depois foram atrás de três tratores: roubaram, colocaram em cima dos caminhões, amarraram e partiram.

É preciso reconhecer o esforço das Polícias Civil e Militar. As duas instituições têm procurado fazer a sua parte, mas é notória a falta de estrutura material e humana.

Na Polícia Civil, o quadro é caótico: a Divisão de Furtos e Roubos, que apresenta o maior número de registros tem apenas seis investigadores, para atender uma média de sessenta ocorrências/dia.

A Divisão de Investigação e Captura, dispõe de apenas três investigadores, para atender a todos os casos de homicídios. Um absurdo para uma cidade de 300 mil habitantes.

A Delegacia da Mulher e os Distritos Policiais operam sem estrutura mínima de equipamentos, e não raro com os aluguéis atrasados.

Viaturas policiais são reparadas somente com o auxílio da comunidade, além do combustível que em parte é suprido pelas Prefeituras, porque a cota de combustível repassada pelo Estado é insuficiente.”

Esse é o perfil da Segurança Pública do nosso Estado do Paraná. Esse é o perfil de tudo que acontece na nossa Cidade de Ponta Grossa e na Região dos Campos Gerais. É uma vergonha! A criminalidade cresce e não se vê investimento, nem na Polícia Civil, nem na Polícia Militar. Não podemos aguardar a boa vontade do Secretário da Segurança para que venha resolver esses problemas. Ele é bom de conversa, é bom de promessas, e ações concretas não acontecem.

Tenho preocupação por Ponta Grossa e pelos Campos Gerais; levanto a minha voz nesta tribuna para alertar ao Governador Roberto Requião do caos que está a Segurança Pública no nosso Estado. Não posso aceitar, vou cobrar sempre desta tribuna para que o Governador volte seus olhos para a Segurança Pública do nosso Estado e não aceito ver na nossa Cidade de Ponta Grossa o avanço da criminalidade e a falta de estrutura para a Polícia Civil e para a Polícia Militar.

Para completar, Sr. Presidente, quero alertar que todas as cadeias públicas, não só de Ponta Grossa, como dos municípios dos Campos Gerais, estão superlotadas. O Presídio Hildebrando de Souza tem capacidade para 140 presos e tem mais de duzentos presos.

Temos a menos de mil metros de distância do Presídio Hildebrando de Souza, um investimento feito lá no Governo anterior de mais de dez milhões de reais que foram investidos na construção de um presídio moderno, um presídio que é para ser modelo para o nosso Brasil, um presídio industrial e, pasmem, um presídio que até agora não foi ativado. Temos capacidade para 436 vagas, menos de um terço desse presídio está sendo usado. Enquanto isso, as cadeias da região dos Campos Gerais e de Ponta Grossa superlotadas!

Sabe o que é isso? Incompetência! É isso que este Governo do Estado do Paraná está fazendo e está direcionando dentro da área de segurança pública. Falta competência para o Secretário da Segurança Pública resolver os problemas da Segurança em nossa Ponta Grossa, nos Campos Gerais e no nosso Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Golpe de 1964 - 40 Anos.

Há 40 anos, na exata data em que o imaginário popular consagra ao ‘Dia da Mentira’, era rompida a legalidade democrática instituída no Brasil com a carta de 1946.

No dia 31 de março um grupo de militares rasgou a Constituição, derrubou o Presidente João Goulart e impôs à Nação uma ditadura que durou 21 anos e fez mais de 500 mortos e desaparecidos.

O Golpe foi o aborto de um projeto de construção de uma Nação independente em termos políticos, econômicos e culturais com uma distribuição mais justa da renda.

A semente que estava brotando na década de cinquenta e início dos anos sessenta, foi destruída de forma implacável. A ditadura militar esmagou lideranças políticas e sufocou a formação de lideranças com uma mentalidade diferente.

Esquecer não é apenas perder alguns conhecimentos; é perder-se. É enterrar trechos da vida. Não vamos ficar repisando e lamentando os mesmos fatos ocorridos no passado, mas também não vamos querer abandonar, pelo esquecimento, áreas da vida brasileira, como se nada tivesse acontecido.

Esquecer o sofrimento passado é perdoar as forças que o causaram, sem derrotar essas forças. A memória histórica é energia nutritiva para passos posteriores, unindo consciências e braços na definição e construção de possibilidades.

O esquecimento apaga os fatos, esconde situações, sombreia momentos cruciais, anestesia a consciência e esvazia o clamor pela dignidade humana e responsabilidade histórica.

Deus quis que seu povo se lembrasse sempre da escravidão do Egito, não para retornar ao cativeiro, mas para que não se cansasse de buscar a Terra da Liberdade.

É a memória desses 40 anos do Golpe que clama pela construção diária da vida democrática sem as perverções e posturas autoritárias do passado.

O período ditatorial nos deixou lições que não devem ser esquecidas. O passado de injustiça retorna, para exigir que o futuro lhe devolva a justiça defraudada. O passado de humilhação retorna, para que o futuro lhe restitua a honra violada. O passado de sofrimento retorna, para protestar contra a flagelação padecida. O passado de servidão retorna, para arrancar a liberdade do cativeiro. O passado de marginalização, de mentiras e falsificações retorna, para desenterrar a verdade censurada e traída. O passado dos direitos fundamentais triturados e sonogados pela ditadura retorna, para ressarcir os que foram lesados.

Poderíamos não ter atingido a posição significativa de oitava economia do Planeta, mas não teríamos um povo tão massacrado pela miséria, pela opressão cultural e de mercado e por formas diversas de analfabetismo constatadas em nosso País e que pouco a pouco vamos superando.

Reconquistou-se a democracia política no intuito de conquistar no futuro a economia, arrancando milhões de famílias da senzala da miséria.

Hoje, vítimas da ditadura ocupam o Poder Executivo deste País. Passaram por suas prisões o Presidente Lula e José Dirceu, Dilma Rousseff e Nilmário Miranda, Frei Beto e tantos outros.

Pesa em nossos ombros a responsabilidade de promover a democracia econômica, reduzindo as desigualdades sociais através do leque de reformas sinal-

izadas pelo Governo: além da previdenciária, a agrária, a trabalhista e a política.

Ao assentar 115 mil famílias de sem terra neste ano, estender o Fome Zero e o Bolsa Família a mais de três milhões de famílias, combater o desemprego e a violência nas grandes cidades, o Governo estará começando a fechar o arco que se quebrou no dia 31 de março de 1964.”

Sr. Presidente, nós que não fizemos parte dessa questão histórica, pela nossa juventude, mas temos muito a lamentar essa perda que foi esse atraso do ponto de vista econômico, político e social.

Queria deixar registrado, em nome da Liderança do PT, neste dia, que é um marco histórico no País, que hoje ainda sentimos os reflexos do dia-a-dia do nosso povo em função da repressão que foi o período do ditadura militar.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Enquanto a nobre Deputada se dirige à tribuna, quero apenas saudar aqui a esta Presidência, por ter aqui um companheiro do PDT, nosso Líder do Partido Democrático Trabalhista, neste dia histórico para todos nós, dia 31 de março, com a resistência do nosso Presidente Nacional Leonel Brizola, ter aqui o nosso grande Líder Neivo Beraldin assumindo esta Presidência, que tão brilhantemente foi Presidente da CPI do BANES-TADO e orgulha todos nós liderados por V. Exa..

E, aproveitando, para registrar a presença do Vereador de Nova América da Colina, do PMDB, o nosso querido Alexandre Basso, que se encontra presente em nossa galeria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Esta Presidência agradece as palavras elogiosas e gentis da sua parte.

Com a palavra, Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, prezados companheiros e companheiras, imprensa, amigos que nos honram com a presença, funcionários da Casa.

Também esta Deputada não poderia deixar passar este dia em branco, por obrigação de cidadania, como fez o nosso companheiro que me antecedeu. Nos referimos também aos trágicos anos da ditadura.

Há quarenta anos atrás, no dia 31 de março de 1964, os brasileiros e brasileiras entravam num túnel de dor e violência que perduraria por 21 anos.

Sobre o pretexto de interromper a “onda vermelha”, o “perigo dos comunistas”, uma Nação inteira

viu-se mergulhada em um turbilhão que vinha sendo arquitetado meses antes, através de uma aliança entre os Governadores Carlos Lacerda, de Guanabara; Adhemar de Barros, de São Paulo; e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e com o Exército Brasileiro para derrubar o então Presidente da República, João Goulart. No Paraná também o Governador aderiu ao Golpe, após ser visitado por Lacerda.

A instalação da ditadura no Brasil foi um golpe certo no coração da democracia, cujas chagas e feridas estamos até hoje tentando reagir e fazer com que elas sejam cicatrizadas em caráter definitivo.

Nosso Estado também sofreu os efeitos da repressão. Muitos jovens foram presos, torturados e mortos; vários Deputados Estaduais foram cassados e entre eles Sinval Martins, Jorge Nassar, Almir Passo, Waldeimar Daros e até Anibal Khury. O ex-Deputado Walter Pecoits, de Francisco Beltrão, foi preso e torturado e também teve o seu mandato cassado pela ditadura, além de ter ficado com seqüelas como a cegueira, isso em função de torturas e uma coronhada no rosto.

Em 1965, após o AI-2, os partidos políticos foram cassados. A maioria dos políticos migraram para a ARENA - Aliança Renovadora Nacional, e aqueles que desejavam uma Oposição e contestavam o estado de coisas em que vivíamos no Brasil, estavam todos juntos no PMDB - Movimento Democrático Brasileiro, que teve um papel fundamental nas lutas democráticas e na derrubada da ditadura. Todos nós, democratas, progressistas, humanistas, nos juntamos e nos unimos no seio do MDB, que acolhia a todos aqueles que contestavam os “anos de chumbo”.

Quando o País, nesses “anos de chumbo”, mergulhou no medo, no pânico e no horror, neste “mar de violência”, perdemos vários homens e mulheres de fundamental importância na construção da nossa história e entre eles citamos o jornalista Vladimir Herzog, o operário Manoel Fier Filho e o estudante Edson Luiz. A ONG Tortura Nunca Mais, lista 154 mortes; entre elas, 17 mulheres. Os maiores números aconteceram em 1972, quando morreram 38 pessoas, quase todas na flor da idade, em plena juventude, sendo cinco mulheres; em 1973 foram assassinadas 28 pessoas, sendo cinco mulheres; entre 1964 e 1985 estima-se que 3.500 pessoas no nosso País foram cassadas, exiladas, presas e mortas. Nossos melhores técnicos, nossos melhores cientistas, nossos melhores artistas, nossos mais privilegiados cérebros foram exilados do nosso país, atrasando em anos o desenvolvimento político econômico, técnico e científico da nossa Nação.

E está aqui também o meu querido companheiro dos tempos de juventude, Arnaldo Bertoni, que como esta deputada também não ficou impune nos tempos da ditadura. Perdemos nós e muitos outros companheiros, os melhores anos de nossas vidas, os melhores anos de nossa juventude sob o signo do medo e da violência. Tivemos nossas vidas destroçadas, vasculhadas, passa-

mos por incontroláveis humilhações; nossa privacidade e a da nossa família foi violentada e violada. Também esta Deputada experimentou a violência de prisão política e foram precisos vários anos de sérios tratamentos para que pudéssemos nos recuperar e nos reencontrarmos como ser humano; meu pai foi arrancado de nosso convívio por várias e várias vezes e, em função de 17 prisões, acabou morrendo de seqüelas adquiridas com preso político.

Seguramos todos nós, o nó na garganta, porque cultivamos dentro de nós o sonho da liberdade e da confiança no futuro.

Nós tínhamos certeza de que haveríamos de vencer o medo e o horror daqueles tempos, sair do silêncio, quebrar as algemas e o arbítrio, dar a volta por cima e comemorar os saudáveis ventos da democracia!

Dói, mas é preciso lembrar, não comemorar, mas lembrar, assim como fazem os japoneses que tocam os sinos lembrando os horrores de Hiroshima e Nagasaki; como fazem os alemães e o mundo todo, não apagando de suas memórias as imagens horripilantes dos campos de concentração. Nós do Brasil temos, sim, que falar a respeito dos terríveis anos de ditadura aqui vividos. Nenhuma ditadura é boa, nenhuma vale a pena e todas devem ser repudiadas. devemos, sim, contestá-las com maior vigor e a nossa força interior.

Temos que contar aos nossos jovens e crianças o quanto a ditadura é cruel para que possamos valorizar cada vez mais a construção da democracia.

É preciso não apagar da nossa da nossa memória aqueles dias, para que não os tenhamos de volta!

Tivemos que conhecer o que é a dor, para comemorarmos as alegrias!

Conhecer a cara desfigurada da injustiça, para reconhecermos a serena face do que é justo.

Para reconhecermos o doce mel da liberdade, tivemos que provar o amargo fruto da ditadura.

Para que as gerações futuras não sofram na carne o que sofremos, precisamos dizer o quanto doeu em nós tamanha violência.

Se hoje estamos aqui, companheiros e companheiras, falando dos terríveis tempos da ditadura e traçando os caminhos da democracia, não poderemos, sob pena de estarmos cometendo injustiça, nos esquecer daqueles homens e mulheres que corajosamente disseram não à ditadura, não ao arbítrio, e apesar da ausência de luz, naquele tempo, conservavam a certeza de que a luz estava lá e que voltaria a brilhar.

Para encerrar, Sr. Presidente, vencermos o medo, vencemos a ditadura. As seqüelas daqueles tempos se refletem ainda hoje na vida social, econômica e política do nosso País, mas vencemos a ditadura de forma forte, inconteste e decisão. E aprendemos, em função disso, que vale a pena lutar, sempre valerá a pena lutar. Viva a democracia! Ditadura, nunca mais!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao ilustre Deputado Tadeu Veneri.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem tivemos aqui a presença do Secretário Aldair Rizzi, e uma parte daquelas apreensões que nós todos temos e temos acompanhado com relação não só a falta ou a necessidade de contratação dos novos docentes para os cursos superiores, que estimava-se em número de um mil, duzentos e quatorze. Apenas para dar um exemplo: só Londrina necessitava de cento e noventa novos docentes. Mas, tivemos ontem, além da afirmação da possível contratação dos seiscentos e noventa novos docentes, uma afirmação que, me parece, abre um espaço para que possamos nos empenhar mais para não termos nenhum concurso vestibular suspenso além da necessidade temporal, que foi aqui relatada pelo Secretário Aldair Rizzi. Eu digo isso, porque já na manhã de hoje a Comissão de Educação - e ontem conversava com a Deputada Cida Borghetti, com o Deputado Curi, nós comentávamos hoje, em Maringá tem tido o empenho de fazer com que nós não tenhamos nenhum curso, absolutamente nenhum curso, com os vestibulares suspensos.

E é nesse mesmo caminho, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer uma preocupação que eu tenho tido nesses últimos dias e acredito que ela é compartilhadas por todos os Deputados da Situação, todos os Deputados de Oposição, conversa com vários Deputados conversava com vários Deputados aqui e me parece que é comum a todos nós, que é justamente a questão do veto ao Projeto de Cargos e Salários dos Professores da rede estadual.

O veto ao artigo 47 que previa retroatividade e por diversas vezes foi colocado que, se derrubado traria uma absoluta impossibilidade, visto que feriria a LDF no primeiro quadrimestre. Acredito que esta Casa deverá, dentre muitas de suas tarefas, ter uma tarefa adicional, que será nos próximos dias, encontrar uma solução que possa contemplar tanto os professores quanto o Governo.

Digo isso, porque por diversas vezes que nos encontramos com o Secretário Caíto Quintana insistimos que os números apresentados pela APP e pelo DIEESE prevê a possibilidade do pagamento que é diferente dos números apresentados pela Secretaria da Fazenda. Então devem ser publicamente confrontados.

Não acredito que possamos ter a tranquilidade de votarmos o veto nesta Casa, sem que tenhamos esses números publicamente confrontados. Se não tivermos a oportunidade de debatermos esses números, de encontrarmos uma saída. Acho que vamos caminhar para um impasse neste momento, falo porque a Comissão de Educação tem acompanhado as negociações entre a APP e o Governo, significa confronto. E um confronto que não vai trazer um resultado significativo, duradouro, porque sabemos que um confronto nessas proporções, por esta razão que acabei de colocar, pela falta de clareza, poderá nos levar a uma situação que não saberemos qual vai ser o desfecho.

Faço aqui um apelo, não só a Comissão de Educação, mas ao Governo do Estado que aceite confrontar publicamente os números do DIEESE. E se o DIEESE não tiver razão a APP aceitará os números da Fazenda. Caso contrário o Governo deve apresentar uma outra solução, que não seja a derrubada do veto. Sem fazer a apresentação dos números tenho muitas dúvidas como será a votação aqui dentro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto por cinco minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de cumprimentar aqui o nosso Presidente Estadual do PTB, Deputado Íris Simões, que na Gazeta do Povo de hoje, coloca a clara posição do PTB a respeito das eleições, principalmente aqui em Curitiba.

Está de parabéns o eminente Presidente, que de forma correta, de forma sensata coloca um fim nessas discussões em torno de aliança com o PT no primeiro turno.

Mas o que nos traz, aqui, hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a respeito dessa notícia veiculada pelo Jornal do Estado e que nos deixa profundamente preocupados porque o Jornal do Estado diz que a TV Educativa estuda terceirizar funcionários e fala que até o presente momento jornalistas, funcionários, técnicos, pessoas ligadas a TV Educativa estão recebendo por cachê. O que é profundamente preocupante. Estou entrando com requerimento nesta tarde onde faço seis pedidos ao Sr. Governador para que nos explique de que forma que uma entidade ligada ao Estado que recebe recursos próprios do Governo, que recebe dinheiro público paga pessoas por cachê, quando a lei proíbe isso. Esse Requerimento tem a intenção clara de chamar a atenção do Governo para possíveis problemas que possa ter na seqüência em relação a este caso. Por isso que fiz esse pedido ao Sr. Governador e espero que esta Casa aprove nesta tarde.

Por outro lado, gostaria também, Sr. Presidente de cumprimentar o nosso Governador porque depois de muito tempo ele autorizou ontem o teste seletivo. Dizia, aqui antes que independente de momento ele deveria ter autorizado o teste seletivo nas universidades, porque agora em Abril nós já teríamos a contratação dos Professores. E não teríamos aquele problema de agora começar o teste seletivo. Sou daquela idéia de por mais que demorou pelo menos vai funcionar. Não é tudo que as universidades precisam mais dá para começar.

Então, aqui, fica a alegria de saber que aquele movimento que fizemos estudantes, Parlamentares, o Secretário vindo aqui ontem acabou na pressão realizando-se o teste seletivo que vai começar em breve. Está de parabéns o Governo. Não precisa demorar tanto, mas agora não adianta ficar reclamando. O fato é que os pro-

fessores vão ser contratados e o problema das universidades aos poucos serão resolvidos. Queremos que os problemas das universidades sejam resolvidos, por isso que fizemos todos aqueles comentários, aquelas cobranças. E sentimos que o Secretário saiu aliviado daqui ontem ao pedir o apoio a Bancada, ele pedia apoio para conseguir convencer o Sr. Governador que eram necessários os cargos. E havia uma birra do Governador. Mas ontem quando o Deputado José Maria Ferreira anunciou que o Governador Roberto Requião havia lhe ligado e que estava confirmado o teste seletivo, o Secretário teve um alívio que víamos a distância a alegria, um alívio de saber que aquilo que ele havia lutado ele havia conseguido graças a pressão dos Deputados, a pressão da sociedade, a pressão da imprensa e a pressão dos estudantes, aqueles caras pintadas que o Requião disse outro dia que não tem medo. Mas eles estavam vindo para cá hoje, estavam vindo de todo o Paraná, seria a maior concentração da história deste Estado. Aí o Governador autorizou o teste seletivo que vai iniciar nos próximos dias. E aí ficamos felizes, porque se contratam os professores e tudo automaticamente está resolvido.

Queria agradecer mais uma vez e cumprimentar V. Exa. esse Ilustre Deputado que comandou a CPI do Banestado e que agora comanda a Comissão de Investigação do Porto de Paranaguá e que haverá de por fim, acabar com aqueles ratos que tanto se falam lá, que não é do Deputado Leite, acho que os ratos não são de agora, mas também não são de muito tempo atrás.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Concedo a palavra ainda no Pequeno Expediente ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uso a tribuna no dia de hoje para fazer algumas considerações em relação à SANEPAR. Há alguns dias a SANEPAR fez publicar na Imprensa o seu balanço de 2003.

(Lê):

“E qual não foi a nossa surpresa ao constatar que a SANEPAR teve mais lucro do que investimentos no ano passado

Qual não foi a nossa surpresa ao descobrir que a SANEPAR teve o maior lucro de sua história, apesar do discurso do Governador Roberto Requião, segundo o qual na sua administração a SANEPAR não visaria mais o lucro e sim o atendimento das necessidades dos paranaenses.

Pois bem, senhores, a SANEPAR teve R\$ 260 milhões de lucro, mas investiu apenas R\$ 251 milhões, ou seja, R\$9 milhões a menos do que o seu lucro. Enquanto o lucro cresceu 80%, a SANEPAR paralisou programas importantíssimos, como o ParanaSan, prejudicando a população de Curitiba.

Aquela história martelada pelo Governador, de que ele havia retomado o controle da SANEPAR, também não passou de propaganda enganosa. Primeiro porque o Governo nunca perdeu o controle da SANEPAR. O Governo continua tendo os mesmos 60% do controle acionário que tinha no período anterior.

Da mesma forma, a diretoria de Operações da SANEPAR continua exatamente igual, sendo ocupada por representante dos acionistas privados da SANEPAR, que detém 39,7% do capital. O lucro fabuloso da SANEPAR não esconde apenas a falta de investimentos. Esconde também o que está acontecendo há 15 meses com o Programa ParanaSan, que teve duas concorrências internacionais suspensas em dezembro de 2002, a pedido do Governo que assumiria em janeiro do ano seguinte.

Pois bem, até hoje o novo Governo não decidiu se abre as propostas daquela licitação ou se cancela tudo e inicia nova concorrência. O pior é que o prejuízo dessa paralisação do ParanaSan está caindo sobre os ombros da população mais carente de Curitiba, aquela que não tem água todo dia e aquela que ainda não tem rede de esgoto.

São R\$ 200 milhões que seriam aplicados pelo Programa ParanaSan em Curitiba e que estão parados. Se demorar mais um pouco, o Governo do Estado vai perder o empréstimo do governo japonês para o ParanaSan, que tem juros de 6% ao ano e sete anos de carência para início do pagamento.

E o Governo ainda diz no balanço da SANEPAR que o ParanaSan está suspenso porque o Governo está “rediscutindo os termos do financiamento” com o Banco Japonês para a Cooperação Internacional. Mas esse assunto, do ParanaSan, não é novo para o Governo Roberto Requião. Quando era Senador, o Sr. Roberto Requião criou obstáculos que retardaram por quinhentos dias a aprovação do empréstimo do banco japonês ao Paraná. Agora, já temos mais de 450 dias de paralisação das obras ParanaSan.

Quer dizer, no acumulado já são 1.000 dias de paralisação de investimentos tão importantes quanto os de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Se nada mudar, no dia 14 de maio vamos completar os mil dias de atraso nas obras que beneficiariam os paranaenses com saneamento básico.

Francamente, não vejo nenhum motivo para festa ou comemoração”. Tanto que se comemora no Governo do Estado, principalmente quando faz aquela propaganda da água para as pessoas que dela necessitam, com o programa “Luz Fraterna”, “Leite para as Crianças” e “Água para os Pobres”, tudo limitado a meio salário-mínimo/per capita na família. Para o Governador quem ganha meio salário e um real já não é mais pobre.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, com dez minutos, o Deputado José Maria Ferreira.

Na sequência usará a palavra, ainda no Grande Expediente, por vinte minutos, o Deputado Luiz Fernando Ribas Carli.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. que hoje aqui comparecem, para acompanhar mais uma Sessão Plenária na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Primeiro, eu quero agradecer ao Deputado Fernando Ribas Carli, pela cessão dos dez minutos, porque o requerimento que havia feito era para que ele pudesse utilizar os trinta minutos do Grande Expediente e pela concessão do nobre deputado, nós fazemos uso desses dez minutos iniciais.

Srs. Presidente, Sras. e Srs., discorreram a alguns Parlamentares, inclusive, também a Parlamentar Elza Correia, a respeito da data de hoje celebramos. O que nós celebramos hoje? Registramos, melhor dizendo, 40 anos de um movimento militar que sacou de forma violenta o País, da sua caminhada recente do estado de direito e de respeito às normas constitucionais.

O Brasil de 60. O Brasil do momento em que se apreciava que seríamos parlamentarista ou não. O Brasil do dia 06 de janeiro de 1960. Onde pela primeira vez a Nação brasileira foi convocada às urnas, para um plebiscito, para dizer se seríamos parlamentaristas ou se continuaríamos presidencialistas.

Eu tinha nove anos - meus caros companheiros - ainda não completos. Acompanhei com vivo interesse à questão se deveríamos ser parlamentaristas ou não, até porque o meu pai, militante do antigo PSD era parlamentarista.

Por esta razão tivemos sete meses de regime parlamentarista. Tendo na figura do então e saudoso Tancredo Neves no exercício de 1º ministro. Mas a nossa situação de estabilidade e institucional, o valor das instituições, a coesão nacional, começou daquele momento em diante a ser quebrada, assim que o Juscelino Kubitschek entregou o governo e assumiu o Sr. Jânio da Silva Quadros, foram também mais sete meses de governo e a sua renúncia, para depois o João Goulart vir a assumir na condição de vice-Presidente. E as forças de então tramarem um grande debate e acabar desaguando no movimento considerado de 31 de Março de 1964. Um Movimento que uniu as Forças Armadas Brasileiras, com os setores mais conservadores da sociedade e fez que o governo que propunha as mudanças não tivesse a sua continuidade democrática respeitada. Mas lembro-me naquelas noites de 29, 30, 31, 01 de abril.

Na noite fria de 1964 e eu com doze anos também acompanhei a madrugada adentro o rádio, porque televisão não existia, do respeito ou da oposição que fazia o então Governador de Goiás Sr. Mario Borges e o Governador do Sul, Leonel Brizola. Que dizia que o Brasil de 28 para 30, naqueles dias quentes do ponto de vista da movimentação dos quartéis, não resistiria a não ser encaminhado numa plena guerra civil. Quando fomos ver

na noite de 1º de abril ou na manhã de 1º de abril o Brizola não estava mais no Brasil e o Mario Borges mostrou que não tinha mais que 15 minutos de fogo com velhos fuzis e a Revolução se estabelecia a partir de 1º de abril. Um ato Institucional que começou a estabelecer a estrutura legal. Tivemos o Ato no nº 1 e nº 2, que foi a cassação dos Partidos. E, aí, nós temos que lembrar figuras importantes. Figuras importantes como a de Marcio Moreira Alves, como um dos pronunciamento mais firmes e mais determinados naquele momento do Congresso Nacional. Fez com que editasse no dia 13 de dezembro de 1968, já o Ato Institucional nº 5 fechando o Congresso Nacional e fazendo com que os Partidos deixassem de existir por um grande período.

Mas se nós tivemos os militares dobrando a página da Constitucionalidade, lá na outra ponta nós tivemos também alguns militares que honraram o sentimento nacional e lembraria aqui Oscar Passos. Lembraria aqui Euler Mendes Monteiro, candidato a Presidência da República junto com Ulisses Guimarães, Tancredo Neves.

Homens que marcaram a nossa história pela firmeza, pela coerência, pelo amor às Instituições, sobretudo pelo respeito aos ditames democráticos.

A Elza falou aqui de alguns companheiros, de alguns brasileiros da nossa região, especialmente do Paraná. Lembraria, me vem a memória, um Vereador de Londrina. Um homem simples, um torneiro mecânico André Vargas, Genessi Guimarães, que cada vez que fazia um pronunciamento na Câmara Municipal de Londrina, ele era chamado para dar satisfação de sua fala. Não para o povo, mas nos quartéis de Apucarana como poucos. Mas lembro do Luiz Gonzaga do Nascimento, Presidente do PMDB, do MDB de Londrina. Lembro também de Manoel Jacinto progenitor da nossa Deputada Elza Correia. Que mesmo nós não concordando com as idéias desses cidadãos brasileiros, mas o diretor ao pensar, o direito e o respeito a ter uma idéia, a professar um credo, a ter uma forma de visão da vida, tem, que ser dado e garantido a todos tem que ser dado e garantido a todos.

Naquele momento, não tivemos os direitos e esta oportunidade respeitados. E, 40 anos depois, parece uma eternidade. Mas, foi ontem mesmo, para uma nação. E a nação, desculpe a expressão da rudeza, mas "lambe suas feridas, tentando fechá-las". Porque tudo aquilo que um dia veio para combater a miséria, a exclusão, a reforma agrária, o desenvolvimento nacional, algumas destas conquistas foram obtidas, mas entretanto, aquela que mais exclui mais dificuldades traz ao País, do ponto de não ter condições de fazer do seu crescimento a alavanca da distribuição da renda, da qualidade de vida, nós conseguimos neste período de 21 anos, ainda no regime de exceção que governou o País, foi justamente o acúmulo da nossa dívida, tanto interna quanto externa. Esta dívida que hoje escraviza o povo brasileiro nos juros e o mantém preso, o mantém firmemente atrelado ao capital externo, foram contraídos nestes 21 anos. Quando o

regime se instalou no País, nós devíamos pouco mais de quatro bilhões de dólares. Nossa dívida ascende, hoje, a mais de duzentos bilhões de dólares. E uma dívida interna que ascende a mais de 710 bilhões de reais.

Houve conquistas? Sim. O sistema financeiro é um dos mais ágeis e modernos do mundo. Mas, também é o mais rentável do mundo. O sistema de comunicação modernizou-se, evoluiu, expandiu, permitiu que a sociedade brasileira pudesse ser conectada com os novos meios da informática, da televisão, da era de tele-processamento. Mas, por outro lado, o que nós pagamos por estas conquistas são muitas. E a sociedade brasileira, hoje, é refém de um processo de endividamento sem precedentes e sem critério, em relação aos recursos que foram investidos.

Os quarenta anos servem como registro, para que saibamos quanto de valor tem um processo democrático. Porque se ele não é a forma de escolher os melhores, ele é o instrumento que garante que os piores não se manterão no Poder por muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos vivido dias interessantes nesta Casa. Digo dias interessantes porque esta é a Casa onde nós ouvimos o eco da população, do que a população fala. E nós, dia após dia, estamos recebendo da população as informações de que existe alguma coisa diferente acontecendo ali do outro lado da Praça Nossa Senhora da Salete, ali no Palácio Iguazu. Um dia são os professores, que têm uma promessa de aumento salarial, vem um plano de cargos, nós votamos e de repente o Governo diz que não tem dinheiro. No outro, a questão do Porto. Fila de caminhões de Curitiba até Paranaguá, as universidades não têm professores, fecham-se cursos, e é uma alegação só.

Ontem ainda nós pudemos, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, ouvir aqui o Secretário de Ciência e Tecnologia afirmar que a questão relativa a corte de cursos, não oferecer mais vestibulares, isso quer dizer na verdade que o curso será paralisado, que é questão orçamentária, que não tem recursos.

Fomos surpreendidos, Deputado Elio Rusch, uma publicação da Gazeta do Povo, de segunda-feira, da atos que o Governador Roberto Requião promoveu, olha que surpresa, Srs. Deputados, ler o Diário Oficial e constatar que a matéria da Gazeta do Povo é a expressão da verdade.

O Governador Roberto Requião, crítico voraz dos incentivos fiscais que foram concedidos para que grandes empresas se instalassem no nosso Estado, promovendo a mudança do perfil econômico do Paraná, colocando o Paraná numa posição de vanguarda no processo de desen-

volvimento do nosso País, toda vez que o Governador Requião com o seu discurso incisivo, condena as ações do então Governador Jaime Lerner. Lá no Senado, se nós pegarmos as gravações da TV Senado vamos poder assistir os seus discursos, que na verdade, são discursos-denúncias, dizendo que eram irregulares aqueles atos que o Governador Jaime Lerner fazia e com isso atraía investimentos que todo o Brasil, que todos os Estados tentaram disputar com o Paraná e não conseguiram! E para cá vieram investimentos vultosos, para cá vieram empresas de tecnologia que implementaram um processo de desenvolvimento que formou uma grande corrente de progresso espalhando o desenvolvimento para todo o Paraná, para Curitiba, para a região metropolitana, para o Centro-Sul, para Oeste, para Norte, no setor automotivo, no setor metal-mecânico, no setor agroindustrial. Na verdade vivemos um tempo novo em nosso Estado, em função da decisão sábia e da vontade política do então Governador Jaime Lerner em atrair essas empresas para que pudéssemos ter um crescimento na nossa arrecadação, para que pudéssemos oferecer mais empregos ao povo paranaense. E os números mostram isso. Se pegarmos os dados do nosso produto interno bruto, vamos ver o quanto representa o complexo soja, o complexo automotivo, o setor metal-mecânico.

Diz o ditado que o peixe morre pela boca. Mas, não é só o peixe, o homem também, Deputado Hermes Fonseca. O Governador Roberto Requião, ganhou notoriedade como crítico feroz da política de desenvolvimento implantada pelo ex-Governador Jaime Lerner, adversário das montadoras e da vinda das grandes empresas para o Estado do Paraná.

Pois bem, como eu disse, se formos ver o Diário Oficial, veremos que tudo aquilo que o Governador Roberto Requião condenava e dizia que era errado, faz agora, Srs. Deputados, mas de uma maneira não correta. Num ato universal, o Sr. Governador concede benefícios - segundo a Gazeta do Povo - para trinta e seis empresas, sendo que vinte delas já tinham esses benefícios fiscais. Ainda, segundo a Gazeta do Povo, esses investimentos chegam a um bilhão e quinhentos milhões de reais.

No Diário Oficial do dia 5 de março, que tenho em mãos, se somarmos os incentivos concedidos pelo Governo Roberto Requião, teremos uma soma de 461 milhões de reais.

Quem decidiu isso? Só ele! Só o senhor de todos os tempos! Só o Governador Roberto Requião! Os atos foram, assinados somente por ele! Nem o Secretário da Fazenda e nem o coordenador da Receita avalizaram os seus atos, apesar de terem competência legal para isso. E o que são os incentivos fiscais? Como aconteceu? Trata-se de concessão de prazos adicionais de até 72 meses! Seis anos, prazo concedido para o pagamento do ICMS!

Vejam, o ICMS gerado entre 1º de fevereiro de 2004 a 31 de janeiro de 2008. Os recursos para as universidades. Os recursos para o pagamento dos professores

retroativo a fevereiro. Quem não tem dinheiro, não dá presente! Ou estão fazendo cortesia com o chapéu alheio?

Pior de tudo, os incentivos beneficiam empresas já instaladas no Paraná e que já tinham esses incentivos. Tem a Sercomtel, Dicksonstoga, Elevadores Atlas e a Empresa Berneck, para citar algumas delas. Além da Exal do Brasil e da Companhia Brasileira de Bebidas. Mas o Governador foi mais além das concessões dos incentivos fiscais que ele tanto criticava no passado. Também determinou o cancelamento da inscrição de três empresas na Dívida Ativa do Estado do Paraná. Fez isso sem ouvir a Secretaria da Fazenda. Ele decidiu retirar do cadastro da dívida ativa o nome de três empresas e renegociou o parcelamento da dívida de pelo menos uma dessas empresas. É uma situação que foge aos padrões de funcionamento da Secretaria da Fazenda e da Receita Estadual.

O Governador precisa vir a público e esclarecer essa questão com urgência. De hoje em diante ele não pode mais criticar benefícios fiscais em nenhum lugar do Brasil. Não pode reclamar da guerra fiscal ou atacar os atos do Governo anterior. Perdeu a condição moral de fazer qualquer tipo de crítica aos incentivos fiscais.

Essa é a principal conclusão que podemos tirar da concessão de incentivos fiscais no valor de 461 milhões de reais. É mais uma contradição no comportamento do Governador, que se especializou em criar polêmicas, em criticar os adversários e fazer inimigos. É uma contradição claríssima na vida de quem sempre procurou destruir, sempre buscou condenar, antes de ouvir todos os lados, sempre procurou fazer a guerra ao invés de construir a paz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lerei alguns atos que estão no Diário Oficial do dia 5 de março.

(Lê):

“Concede para empresa SERCOMTEL Sociedade Anônima Telecomunicações, com base no Artigo 66 da Lei 11.580 de 14 de novembro de 96 e no Decreto 1465 de 18 de junho de 2003 e considerando o princípio constitucional de isonomia, o parcelamento do ICMS no valor de trinta e um milhões de reais para os fatos geradores entre 01 de fevereiro de 2004 e 31 de janeiro de 2008, para pagamento em duas parcelas, devendo a primeira parcela- no valor correspondente a 10% do total do imposto apurado - ser recolhida no mês seguinte ao do fato gerador e a segunda parcela no valor correspondente a 90% do total do imposto ser paga no 49º mês seguinte ao do fato gerador. Mais quatro anos!

Trinta e um milhões para SERCOMTEL e com a mesma redação, outro decreto para empresa Dicksonstoga S/A, valor de R\$ 4.454.360,08, ICMS de fevereiro de 2004 a janeiro de 2008. Outra empresa: Elevadores Atlas Chindler S/A, num valor de R\$ 99.742.853,86, ICM de fevereiro de 2004 a 31 de janeiro de 2008, pagamento da mesma maneira (10% trinta dias após, e 90% no 49º mês). Ainda temos a Exal do Brasil Ltda, cento e oito milhões de reais, nas mesmas condições. Outra empresa:

Berneck Aglomerados S/A, e aqui esta empresa - que já tinha um benefício - estava em dívida ativa, porque não estava recolhendo e conseguiu, com um ato do Governador, sem consultar o Secretário e o coordenador de receita, tirou da dívida ativa e renegociou a dívida da empresa Berneck. Diz aqui: “os parcelamentos de ICM para os fatos geradores de 01 de março de 99 a 28 de fevereiro de 2003 em duas parcelas, a primeira trinta dias após de 35% e o restante dos 65% para pagamento setenta e dois meses após”.

Estão aqui os atos, estão aqui configurados no Diário Oficial, porque o que estamos falando é expressão da verdade. Deve o Governador uma explicação a esta Casa, aos paranaenses, às pequenas empresas, que não conseguem esse prazo para recolhimento do seu ICMS.

Causa-nos surpresa o Governador retirar do cadastro de devedores em dívida ativa e ainda reparcelar, dar setenta e dois meses para pagamento. O que está acontecendo com o Governador? Cadê o seu discurso? Cadê o dinheiro para pagar o plano de cargos e salários dos professores?

Nós queremos esse dinheiro, sim, que já deveria estar entrando, porque já teve esse parcelamento para que os cursos das nossas universidades não fossem fechados para que a UNICENTRO de Guarapuava não tivesse quinze cursos fechados: para que a UEM, para que a UNIOESTE, para que a UEPG, para que a UEL tivessem mais investimentos, além daqueles que já têm.

Nós ouvimos ontem do Secretário Rizzi a afirmação de que os cortes foram feitos porque o Governo não tem recursos orçamentários. Se não os tem, como se explica conceder a essas empresas uma dilação no prazo de pagamento do ICMS? E mais ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, todo mês, ao recebermos nossa conta telefônica - por exigência da ANATEL -, vem configurado ali o valor que nós pagamos para a empresa e os 27% referentes ao ICMS. O povo está pagando, nós estamos pagando todo mês, e uma empresa como a SERCOMTEL ficará 50 meses com o dinheiro que todos nós recolhemos todo mês e as nossas Universidades não têm o recurso para manter os seus cursos, os professores estão esperando para serem contratados e para que seja implantado o Plano de Cargos e Salários!

Que Estado é esse? O que está acontecendo? Que mudança! E por que essas empresas? E mais, o que mais nos causa espécie, por que um ato do Governador? Não é da sua competência um ato como esse! É um ato discriminatório! Por que ele não pediu ao seu Secretário da Fazenda a opinião, o parecer do Coordenador da Receita? Nada! Absolutamente nada, e está aqui no Diário Oficial a assinatura do todo- poderoso Governador do Estado, só dele, e não tem um parecer sequer de qualquer técnico da Secretaria da Fazenda e da Receita Estadual! O Governador deve satisfação ao Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Estou estranhando o seu pronunciamento, até porque recentemente a empresa Continental - que assinou um protocolo no período em que o Governador era o Jaime Lerner - assinou um protocolo conosco, quando Prefeito de Ponta Grossa, e esse protocolo previa a instalação de uma fábrica de pneus em Ponta Grossa. Instalou-se uma primeira fábrica e na sequência seria instalada uma segunda, gerando mais de mil empregos em Ponta Grossa e inclusive o protocolo assinado por mim, quando Prefeito, e pelo Estado do Paraná, que fez o segundo protocolo, também previa a instalação de uma fábrica. E para surpresa nossa, agora na semana que passou, a Continental anunciou que essa fábrica não mais será em Ponta Grossa e será exatamente na Bahia! A fábrica de pneus que estava programada, protocolada em Ponta Grossa, foi levada para a Bahia! São um mil e duzentos empregos diretos nessa fábrica, um investimento pesadíssimo, o terreno estava doado em Ponta Grossa pelo nosso Governador e a fábrica, nos mesmos moldes da Ford, que saiu do Rio Grande do Sul e foi para Bahia.

E para surpresa nossa - o que nos preocupou - é que lá vários incentivos foram dados para que aquela empresa fosse para aquele Estado! Agora estou estranhando, porque na campanha o nosso Governador Roberto Requião dizia que nenhuma empresa de fora teria qualquer incentivo que não tivessem as que estão aqui. Estranho, porque a Continental, uma empresa que está estabelecida em Ponta Grossa com uma fábrica já funcionando, terreno pronto para construir a fábrica de pneus, de repente vão embora para Bahia e não se instala em Ponta Grossa, com tudo pronto! E o Estado não fez absolutamente nada, não ofereceu nada, e a Bahia levou 1.200 empregos, sem contar o investimento!

E quero lhe dar um dado muito importante. Quando construímos a fábrica de Tetra Pak em Ponta Grossa, que foi no Governos anterior, no Governo Jaime Lerner, que aliás tenho minhas críticas ao Governo Lerner, mas na questão da industrialização nunca fui desonesto com o Governador - sempre o cumprimentei por nos ajudar a industrializar a cidade, mas, quando nós construímos a fábrica da Tetra Pak, que fica às margens de Ponta Grossa, nós gastamos aproximadamente um milhão e meio e fomos muito criticados, criticados porque uma das exigências da Tetra Pak era aquele jardim que estava na frente e que a Prefeitura tinha que fazer o protocolo. A Prefeitura gastou um milhão e meio e esta fábrica, hoje, Deputado Carli, rende aproximadamente, mensalmente, ao Município de Ponta Grossa, de quatrocentos e quinhentos mil reais de retorno de ICMS, sendo uma das maiores geradoras de ICMS hoje de Ponta Grossa, passando inclusive a Kaiser.

No processo de industrialização de Ponta Grossa, no Governo Jaime Lerner, tivemos um crescimento; quando assumimos a Prefeitura em 1997, Ponta Grossa tinha um milhão e trezentos de ICMS.

Sabe quanto que estamos hoje? Chegando à casa dos quase cinco milhões de ICMS gerados dessas

fábricas. E, poderia ser maior se essa fábrica da Continental, 1200 empregos, mais tudo isso que representa não fosse embora, porque achei que não haviam mais incentivos e esse seria o motivo de a fábrica ir embora de Ponta Grossa.

Agora, fico entristecido e perplexo de ver V. Exa. dizendo que sim, teve incentivos. Mas, que pena, não foi para a nossa fábrica em Ponta Grossa. Ela está na Bahia dançando um “axézinho” lá agora.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, Deputado Jocelito Canto, pelo seu aparte.

Não sou eu que estou afirmando, é o Diário Oficial que coloca os dados, os números e a comprovação. E ele cita aqui no seu decreto a isonomia constitucional. Mas, que isonomia essa, Deputado Plauto, que concede para um e não concede para outro? O aparte do Deputado Jocelito vem ao encontro do que eu dizia. Que isonomia é essa? A Continental de Ponta Grossa não recebe os incentivos, mas essas outras empresas recebem! E mais, uma que estava em dívida ativa tem o seu nome retirado do cadastro de devedores em dívida ativa e tem aquela dívida parcelada em 72 meses e mais ainda o ICMS futuro, que ela passou a gerar a partir de 01 de fevereiro de 2004, vai pagar dali a cinquenta meses.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Deputado, escuto com apreensão o seu pronunciamento. Em especial à diferenciação, o Deputado Jocelito coloca aqui a situação da Continental. Estava certo, havia a necessidade de incentivos e acabou sendo contemplado por outro Estado que beneficiou, concedeu os incentivos pedidos e ela foi embora. Deixou de produzir os pneus na nossa Cidade de Ponta Grossa, aonde ia gerar, não só empregos, mas receitas, divisas para o nosso Estado do Paraná.

Mas, o que me assusta é, por que o Governador chamar para si a responsabilidade de assinar toda essa negociação, favorecendo empresas que vão ser contempladas com o parcelamento do seu imposto por 48 meses? Para mim é muito estranho. Acho que tudo isso deve ser averiguado porque, se é uma obrigação do Secretário da Fazenda, que tem a responsabilidade de assinar tais coisas, por que o Governador chamou para si e pessoalmente assumiu a responsabilidade e assinou esses parcelamentos de ICMS atrasados?

É uma coisa para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná averiguar.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Deputado Plauto, agradeço o seu aparte e também esta é a minha dúvida e também a de todos os senhores. Por que o Governador chamar para si, tendo o Secretário da Fazenda, tendo o seu Chefe da Receita? Por que ele,

num ato isolado, determinar que essa ou aquela empresa pode receber esse benefício?

Srs. Deputados, para concluir gostaria de lembrar o Padre Antonio Vieira que dizia que agora podemos ver que o discurso era formado apenas de palavras jogadas ao vento. Na verdade, a prática é totalmente outra.

Agora, para garantir o respeito à lei, Sr. Presidente, resguardar os interesses do Estado do Paraná e do povo paranaense, estamos encaminhando ao Ministério Público a documentação referente aos incentivos concedidos pelo Governador, principalmente o caso que trata do cancelamento de inscrição de débito na Dívida Ativa do Estado.

Esperamos a adoção das providências legais que requerem essas transgressões cometidas pelo Governador. O Paraná não merece isso; os professores não merecem isso; o povo paranaense não merece isso; as universidades paranaenses e os universitários do nosso Estado não merecem que o dinheiro, que deveria ser aplicado nesses segmentos, seja dado como incentivo fiscal a empresas que já tinham e que terão esse incentivo em dobro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PL; PSL; PPS; PSB; PTB; PP.

(Todas declinam).

PFL. Com a palavra, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada da Oposição, Deputados Plauto, Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Elio Rusch, Carli, Valdir Rossoni, está dando entrada nesta tarde a um decreto legislativo sustando os efeitos de um decreto do Governador do Estado do Paraná, Decreto nº 2581, de 17 de fevereiro de 2004.

Esse decreto, basicamente, para que os senhores tenham noção, estabelece que os Municípios paranaenses só poderão contratar empréstimos ou financiamentos com o Governador do Estado se tiverem realizado Planos Diretores. Sem essa realização, na prática, os Municípios do Paraná não poderão contratar empréstimos ou financiamentos! O decreto é ilegal e mal-redigido! Por isso mesmo se sustenta o nosso decreto legislativo. Onde consiste a ilegalidade? Artigo 1º do Decreto do Governador: “somente firmará convênios e financiamentos de obras de infraestrutura e serviços aos Municípios que obedecerem os seguintes requisitos: Inciso A, letra A: Planos Diretores:

B: Aos Municípios que executarem com recursos próprios ou financiarem prioritariamente Planos Diretores ou Plano de Zoneamento, em conformidade com que estabelece o Estatuto da Cidade, para a elaboração em até 180 dias”. A gravidade e o erro, o equívoco, em

conformidade com que estabelece o Estatuto das Cidades.

Pois bem, o que estabelece o Estatuto das Cidades? Artigo 41 do Estatuto das Cidades: O Plano Diretor é obrigatório para as Cidades com mais de 20 mil habitantes. o que diz a Constituição Federal, nobre Presidente? A Constituição Federal no Artigo 182, parágrafo 1º diz: “O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

Equivocadamente o Governo do Estado quer impor a todos os Municípios do Paraná, inclusive aqueles que não estão obrigados pela Constituição Federal ou pelo Estatuto das Cidades, que são aqueles que tem menos de vinte mil habitantes, a elaborarem os seus planos diretores. Há incoerência e absurdo, porque eu realmente acredito sempre na presunção de seriedade, de honestidade, de integridade deste Governo, mas não precisa ser matemático, Deputado Elio Rusch, para saber que um plano diretor custa quarenta, cinquenta mil reais para que ele seja elaborado. Está nas próprias notas oficiais da Secretaria que esses recursos podem ser financiados, pelo Paraná Urbano. Estão nas Secretarias empresas habilitadas ou capacitadas para elaborar o plano diretor. Está correndo contra o relógio o prazo para que 340 pequenos Municípios do Paraná, que pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade, estão desobrigados a contratar empresas para realizar o seu Plano Diretor. Para que eles possam ter benefícios para contratação de empréstimos, eles terão que contratar empresas, ou seja, se falarmos de cem Municípios, estaremos falando de uma transferência pública de 5 milhões de reais, para a iniciativa privada; se falarmos de duzentos Municípios, estaremos falando de dez milhões de reais, transferidos do erário público para a iniciativa privada; se falarmos de trezentos Municípios, estaremos falando de quinze milhões de reais, para a iniciativa privada, sem que a Constituição Federal, sem que a Constituição Estadual obriguem. Nós estamos falando, nobre Presidente, que esse recurso, que vai para a iniciativa privada, não chegará nas construções: da creche, do posto de saúde, da escola. Além do que não possa acreditar que o Governo queira excluir os pequenos Municípios de qualquer benefício durante o seu mandato, principalmente, durante esse ano eleitoral. Por quê?

No dia 3 de julho, vence o período último para contratação de empréstimos, entre os Municípios e o Governo do Estado, em função da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Então, veja só o dano maior, 100, 200, 300 Municípios vão à iniciativa privada. Contratam a iniciativa privada e gastam 40, 50 mil reais cada um. Financiam esses recursos no Paraná Urbano e depois não poderão contratar com o Governo do Estado porque a Legislação Federal os proibirá de fazer o empréstimo.

Aqui fica, Deputado José Maria, não uma denúncia, porque não é uma denúncia, um alerta ao Governo do Estado.

Mas eu tenho certeza, que o Governador íntegro, sério e probo que é, vai primeiro corrigir o seu Decreto Legislativo. Em primeiro lugar, por que ele não pode fazer menção ao Estatuto da Cidade, conforme determina o Estatuto da Cidade e discou de uma maneira, totalmente na contramão do que prevê o Estatuto da Cidade? Em segundo lugar, a hora que ele ver a transferência de recursos públicos, alguns deles inclusive financiados pelo Paraná Urbano, transferindo-se para a iniciativa privada, através das empresas cadastradas com esse objetivo e com esse fim, automaticamente saberá que não é de boa qualidade, de política de seriedade transferir recursos públicos, para a iniciativa privada, privando escolas, creche, postos de saúde, pavimentação asfáltica, galeria, em meio-fio, que vai para a melhoria de qualidade de vida das pessoas, em detrimento, efetivamente, desses recursos para beneficiar a iniciativa privada.

Então fica aqui, a razão do porquê, nós Deputados da Oposição, encaminharmos neste momento esse Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Concedo a palavra ao PT. Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados. Faço uso da palavra hoje - estava inscrito para o Pequeno Expediente ontem, para falar de alguns temas.

Não temos ocupado a tribuna para falar e tratar de temas partidários. Por mais que a política e os partidos políticos permeiem sempre os nossos debates, permaneceu uma polêmica ontem, acerca do tipo de relacionamento do PT, com o PTB e outros demais Partidos.

Quero reafirmar aqui os princípios que norteiam e nortearão a política de Alianças do PT, seja para a aliança de Curitiba, seja para a aliança do Paraná.

O PT sempre fez alianças, e longo do tempo foi migrando para uma posição mais flexível em relação à aliança política, em função do Projeto Nacional de que temos responsabilidade. Mas também vale dizer que as eleições são municipais, a lógica local vai determinar a política de alianças e as afinidades havidas entre os Partidos, nos Municípios. Preponderantemente, quero reafirmar aqui que mantemos relação política não só com o PMDB, por isso que fazemos parte da Base de Apoio ao Governo Requião, mas o norte da nossa política, além da realidade local, dos princípios que devem nortear uma campanha nos Municípios, um programa no Município atendendo aos interesses de fazer das administrações municipais elegendo ou reelegendo prefeitos comprometidos com o bem comum, com o espírito público e devem nortear a administração da coisa pública.

Sempre digo, Deputado Luiz Carlos Martins, que o nosso País é como o nosso corpo: se o cérebro, se os

órgãos vitais estão pulsando e funcionando a coisa vai bem. Se as veias estiverem adequadas para o bom trânsito do sangue, do oxigênio e do hidrogênio, vai bem. Mas, se as artérias estiverem obstruídas teremos dificuldades para que a saúde se dê. Os 5500 Municípios do Brasil são as artérias do corpo nacional. É preciso estabelecer a sintonia entre os princípios que norteiam a administração central com aquilo que acontece no Município.

Quero renovar aqui, mesmo não sendo o dia da polêmica, que a polêmica foi ontem, o nosso relacionamento institucional com o PMDB, também com o PTB, com o Deputado Íris Simões, Presidente desse Partido. Por isso que tendemos que as eleições municipais devem consolidar um projeto, não só no Município, mas também no País. Também com o PP, que participa da Base Aliada do Governo Lula, também com o PSB, Deputada Luciana, que participa conosco do Governo Lula. O norte da política do PT será reafirmar o arco de alianças que sustentam o Governo Lula, atendendo também no Município as peculiaridades.

Teremos eleições neste ano e é preciso entender que se há diferenças entre as pessoas, partidos existem para modelar e estabelecer as afinidades dos projetos políticos. Consolidar projetos democráticos, projetos que façam com que o País não retroaja à época da ditadura, do bipartidarismo, é o desafio de todo dirigente político. As palavras generosidade, compreensão, diálogo, companheirismo, devem sim, fortalecer a relação entre os partidos.

Aqui nesta Casa este Deputado, atendendo às necessidades do exercício da função e do cargo, tem mantido também com os Deputados que não estão na Base Aliada do Lula, a melhor relação, com as palavras os Deputados do PSDB; do PFL; do PSL com quem mantemos uma relação institucional; com PDT, Deputado Barbosa Neto, com o qual temos afinidades históricas e que no momento não estamos na Base Aliada a nível nacional.

Haveremos de ter, dentro do princípio do diálogo nacional, um projeto para este País, e os Municípios, cada vez melhor administrados, estejam sintonizados com o progresso que queremos para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, o Deputado Elio Lino Rusch veio à tribuna fazendo a sua manifestação, e afirmando que existe o atraso do PROSAN, que é Programa de Saneamento, com recursos financiados por um banco externo, e o atraso existe. Por quê? Porque na licitação anterior foram feitos três lotes só. Com a preocupação do Governo de que as empresas que viessem a executar o trabalho fossem empresas paranaense, fossem empresas que pudessem aplicar o know-how do nosso Estado, que é

reconhecido nessa questão. O governo está subdividindo esses três lotes em quinze lotes, e aí a espera e a demora.

Quanto aos lucros: o lucro da SANEPAR do ano passado foi de 263 milhões; no ano de 2002 foi de 174 milhões e no ano de 2001 foi de 152 milhões. O do ano de 2003 ainda estava sob a orientação, sob a visão político do Governo anterior. Daí o indicativo e os valores do balanço de 2003 ter sido um balanço extremamente expressivo em relação a 2002. Mas, com as alterações feitas no ano de 2004, o Governo já corrigiu. Quando ele assumiu e tinha na SANEPAR uma diretoria, que através do Conselho de Administração tinha voto qualificado, com direito a veto às propostas governamentais, hoje não tem mais. Por quê? Porque o próprio Governo Roberto Requião substituiu diretores da então Administração que tinha: um superintendente; um diretor financeiro e um diretor de operações. O diretor de operações e o diretor financeiro é exatamente a diretoria que remaneja, que administra a SANEPAR. Hoje, na nova configuração administrativa: Diretor Presidente e Diretor Comercial, que é o Stênio; Diretor Financeiro que é o Hudson - com a aquiescência do consórcio -, o Diretor Administrativo que é o Heitor Wallace e o Diretor de Operação que é representante do Conselho o Francesco d’Pierre.

Então, aqui estamos reorientando a própria tarifa social Homero Oguido já é a expressão de que o Governo está reorientando para que a SANEPAR cumpra sua função social. Nessas colocações, estão as respostas ao Deputado Elio Rusch.

Também queria dizer ao Deputado Durval Amaral, que o Decreto 2581, é um decreto que visa, sobretudo, criar condições institucionais para que os municípios tenham um norte administrativo. Ora, recursos tomados em empréstimos internacional pagando juros, não é para construir praças, não é para construir fontes luminosas, mas é para ter uma infra-estrutura dentro de um plano diretor de aplicação se, nesse plano diretor, prever a praça.

O que o Governo quer? Só vai liberar recursos quando estiver contemplado no Plano Diretor. Esse Plano Diretor, no próprio artigo 1º, diz o seguinte: “O Estado somente firmará convênio de financiamento, de obras de infra-estrutura e serviço, com municípios que obedçam os seguintes requisitos: a) Municípios que possuam planos diretores aprovados pelas respectivas Câmaras; b) Municípios que executem com recurso próprio ou financiamento, prioritariamente, planos diretores ou planos de zoneamento, se tiverem menos de 50 mil habitantes, em conformidade, que estabelece o Estatuto da Cidade até 180 dias. Segundo, os valores estipulados na capacidade de endividamento para a aprovação, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, deverão ser em conformidade com as obras previstas no plano diretor.”

Ora, é a primeira vez que o Paraná e o Governo têm a preocupação de estabelecer uma política de financiamento, em que os Municípios tenham um Norte, ten-

ham um plano diretor. Não vejo, com toda a sinceridade, nenhum empecilho para que esta Casa venha sequer apresentar um decreto legislativo, para revogar o Decreto 2185, assinado pelo Sr. Governador e pelo Secretário Adur.

Portanto, vejo pelo contrário, é muita responsabilidade o governo buscar dar um norte, estruturar, porque recurso público obtido através de financiamento, com pagamento de juros, não é para que o município saia aplicando na cabeça do administrador, do gestor da época, sem ter discutido com a sociedade, sem ter feito audiência pública, sem ter conhecido o que na extensão a sociedade efetivamente precisa.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Deputado José Maria, diante, não de acusações, mas diante de números, de fatos que foram publicados no Diário Oficial relativos ao balanço da SANEPAR.

V. Exa. foi muito feliz quando disse que houve um lucro, que ultrapassou a 260 milhões no ano passado. Ora, se o Governo e V. Exa. entendem que a SANEPAR não pode dar lucro, por que 15% de aumento na água? Acho que foi no final do ano, no começo do ano, como deu 25% de aumento na energia elétrica também.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não sei se deu esse aumento. A energia elétrica é administrada pela ANATEL. Ela é obrigada, tem o compromisso de acionista. O Governo do Paraná fez um esforço hercúlo para não repassar o desconto, mas corre o risco de ser acionado pela Comissão de Valores Imobiliários.

O Sr. Elio Rusch

É isso que estamos falando, Deputado José Maria, que a COPEL é nossa! O Governo deu o aumento, porque ele queria. E não precisava dar o aumento.

O Sr. Durval Amaral

Agradeço a sua gentileza, em conceder-me o aparte? O senhor é um parlamentar extremamente estudioso.

Não vou nem polemizar com V. Exa. o mérito, que me parece que é extremamente discutível, desse decreto, porque ele é excludente, exclui imediatamente mais de 300 Municípios do Paraná, que não tem o seu plano diretor, em função de que, do dia 03 de julho, nós teremos o prazo eleitoral proibindo a contratação de empréstimos entre Municípios de Estados. Mas isso é uma prática do Governo que ignora os Municípios, os Prefeitos. Não sou eu que preciso dizer aqui; são os Deputados da Base que dizem isso. São os Prefeitos do Paraná que reclamam, com voz única. Mas isso é mérito.

Com relação ao aspecto específico, quando o senhor fala da legalidade, é um equívoco profundo na sua própria explanação. O decreto legislativo fala na letra b:

Em conformidade com que estabelece o Estatuto da Cidade: não exclui ninguém. Pelo contrário, obriga aos municípios com mais de 20 mil habitantes.

Aqui, o Governo do Paraná está excluindo todos os Municípios, ou melhor, incluindo e excluindo, porque, na medida em que inclui todos os Municípios na mesma condição, trata a todos igualmente. Não é esse o espírito da lei, tratando sempre quem deve ser, os iguais, igualmente e os desiguais, desigualmente.

Não vou mais além, com menos de vinte mil habitantes nem a Constituição Federal os obriga e nem o Estatuto da Cidade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O uso e o parcelamento da cidade, sim!

O Sr. Durval Amaral

O Estatuto da Cidade, não. Posso ler para o senhor mais uma vez, e nem na Constituição Federal no artigo a que se refere aos Estatutos da Cidade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

A lei que determina o uso e o ocupamento do solo, permite que os Municípios regulamentem. A lei que V. Exa. sabe que é a lei seis mil e alguma coisa, ela determina que o Município tenha regulamentação por decreto o uso e ocupação.

O Sr. Durval Amaral

Mas o senhor mesmo faz menção ao estatuto da Cidade. O decreto faz menção ao Estatuto da Cidade!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Consulta à Liderança da Oposição.

(Declina)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

São duas questões: primeiro, com relação à questão de ordem que encaminhei à Mesa por escrito. Espero que V. Exa. me responda, também preferencialmente, por escrito.

A segunda questão de ordem é com relação ainda à CPI do Porto de Paranaguá, se o PMDB já indicou os seus representantes ou se vai continuar protelando efetivamente a sua indicação, partindo de um pressuposto que poderia ou não pode substituir ou retirar as assinaturas da CPI dos deputados da Base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Esta Presidência passa a responder a sua questão de ordem, dizendo que o Presidente da Assembléia Deputado Hermas Brandão, encaminhou a sua solicitação na questão de ordem de ontem para a assessoria jurídica, para estudos e segundo entendimento com o Presidente, na segunda-feira próxima ele vai se pronunciar sobre o assunto.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

A segunda questão, Sr. Presidente, é sobre a indicação dos membros do MDB, que é o único Partido que falta indicar coincidência ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Na segunda-feira o Presidente promete decidir esse assunto.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 009/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo a implantação de um Posto de Polícia Florestal no Município de Rio Bonito do Iguçu. **À Comissão de Segurança Pública.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria dos deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e demais Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho e demais Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 449, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente, solicitando a prorrogação por mais 121 (cento e vinte e um) dias, da sua licença para tratamento de saúde, a partir de 31/03/2004. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 428, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de líder do PMDB, solic-

itando a alteração dos nomes dos deputados do Partido que fazem parte da CPI das Universidades, tendo como titular o Deputado Artagão Júnior em substituição à Deputada Elza Correia, e como suplente o Deputado Ademir Bier em substituição ao Deputado Artagão Júnior. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 458, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 1º de abril (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/2003, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a manutenção de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE) em locais que especifica e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que altera o Artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a exigibilidade da Carteira de Identidade para realização de matrícula na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 081/2003

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 081/2003 em análise, foi proposto pela Exma. Deputada Estadual Arlete Caramês, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para realização de matrícula na rede estadual de ensino e dá outras providências.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conclui-se que o presente projeto de lei versa sobre matéria concor-

rente entre União, Estados e ao Distrito Federal, conforme artigo 24, incisos IX e XV da Constituição Federal a saber:

“Art. 24 - compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre.

IX - Educação, cultura, ensino e desporto;

XV - Proteção à infância e à juventude;”

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 081/2003, objeto desta análise, não tendo sido observado, *data venia* inconstitucionalidade quanto à forma e quanto à iniciativa.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 081/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 081/2003, em análise, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a exigibilidade de apresentação de cédula de identidade para a realização de matrícula na rede estadual de ensino, autorizando na mesma proposição o Instituto de Identificação do Paraná a emitir-la gratuitamente a alunos pertencentes a famílias comprovadamente carentes.

Diante da importância da referida proposta em benefício dos alunos que frequentam escolas públicas estaduais, somos de parecer favorável à iniciativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º Graus. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2003, de 31.03.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 157/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º Graus.

É inegável que grande parte das lideranças políticas brasileiras tiveram o início de suas atividades estudantis em um grêmio estudantil, em um centro acadêmico ou em um Diretório Central dos Estudantes.

Ao lado das atividades acadêmicas, o desenvolvimento de atividades de militância no movimento estudan-

til sempre fortaleceu o espírito de cidadania nos adolescentes e jovens estudantes.

Assegurar a ampla liberdade de organização dos estudantes é garantia do cumprimento do dispositivo constitucional que assegura a todos os direito de se organizar em associações

CF ART. 5º

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

A Diretoria Legislativa invocou o inciso IV do artigo 66 da Constituição Estadual para indicar a transformação do presente projeto em Indicação ao Poder Executivo.

A CCJ adotou o entendimento de que aqueles projetos cuja iniciativa seria de competência privativa do Poder Executivo deveriam ser transformados em indicação.

Na forma do artigo 129 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, “indicação é a proposição de qualquer Deputado sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo”.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 66 estabelece:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Ocorre que muitas e boas iniciativas de parlamentares têm sido transformadas em indicação, encaminhadas ao Chefe do Executivo, mas estas não têm voltado como projeto de lei, o que sanaria o vício e possibilitaria aos Deputados debaterem o mérito da proposição.

Neste sentido, este relator vem insistido numa interpretação mais ampla do artigo 66 da Constituição Estadual. No caso sob análise, não no parece que seja a hipótese prevista no inciso IV do artigo 66 da Constituição Estadual. Também nesse parecer citamos o constitucionalista Paulo Bonavides, sobre o conteúdo material da constitucionalidade.

“As Constituições existem para o homem e não para o Estado; para a sociedade e não para o Poder. Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: ‘A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos’”.

O controle material de constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce, competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra

jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial”. (BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Pág. 269-270.)

É da análise do conteúdo material dessa proposição que nos manifestamos pelo trâmite regimental da mesma.

Apenas para que não surjam questionamentos sobre a técnica legislativa, propomos que na súmula do projeto e em seu artigo 1º sejam substituídas as expressões 1º e 2º graus, por Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Realizamos esses ajustes, siga o projeto seu trâmite indo às demais Comissões e a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

EMENDA CORRETIVA DA CCJ, ao PROJETO DE LEI Nº 157/2003

A súmula e o *caput* do artigo 1º do Projeto de Lei nº 157/2002, passam a vigorar com a seguinte redação, substituindo as expressões 1º e 2º graus por Ensino Fundamental e Ensino Médio.

“SÚMULA: Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Art. 1º - Aos estudantes de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, da rede estadual e particular de ensino, fica assegurada a organização de grêmios estudantis, com entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes seculares, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.”

Sala das Sessões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 157/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de ensino básico e médio.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo emenda dessa Comissão, destinada a adequar a técnica legislativa.

Sob o aspecto financeiro, a proposição não tem repercussão para o erário público, haja vista que trata da organização de entidades representativas dos estudantes do ensino médio e fundamental.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do projeto de Lei 157/2003.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 427, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 157/2003.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2003, de 02.04.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.

Além de fixar um número máximo de alunos por turmas, o artigo 3º da proposição sob análise estabelece em quatro horas diárias o tempo mínimo de permanência na escola.

A autora propõe que a 1ª série do 1º grau tenha um número máximo de 20 alunos; de 2ª à 4ª séries o número máximo de 25 alunos; de 5ª à 8ª série o número máximo 30 alunos; no 2º grau o número de 35 alunos.

A matéria é de competência do Estado do Paraná. Citem-se os artigos 23 e 24 da Constituição Federal.

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.”

Por sua vez, artigo 24 da Constituição Federal firma que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

“IX - educação, cultura, ensino e desporto;

XV - proteção à infância e à juventude.”

O artigo 11 da Constituição do Estado do Paraná, em seu inciso V insere entre as competências do Estado do Paraná: proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Quanto à competência da Assembléia Legislativa do Paraná para legislar sobre a matéria, observe-se o artigo 53 da Constituição Estadual.

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal.”

Quanto à iniciativa da presente proposição, ressalte-se que não se trata de matéria cuja iniciativa é privativa do Chefe do Executivo Estadual, pois não está entre as matérias previstas no artigo 66 da Constituição Estadual.

Quanto ao mérito, além dos relevantes fundamentos apresentados pela autora, destaque-se que a proposição atende ao disposto no parágrafo 5º do artigo 87 da Lei Federal 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases de Educação.

“§ 5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.”

Em seu aspecto material e formal, a norma não apresenta qualquer óbice à tramitação regimental.

Apenas para adequação terminológica à Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96, apresentamos substitutivo geral à proposição.

O parecer é favorável à tramitação regimental na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, AO PROJETO DE LEI Nº 169/2003

Art. 1º - O número máximo de alunos por sala de aula na Rede Pública Estadual de Ensino obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º - O limite máximo de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino é de:

I - 1ª série do Ensino Fundamental: até 20 (vinte) alunos;

II - 2ª à 4ª séries do Ensino Fundamental: até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental: até 30 (trinta) alunos;

IV - em todas as séries do Ensino Médio: até 35 alunos.

Art. 3º - O limite mínimo de permanência na escola, por dia, para o pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio, será de 4 (quatro) horas diárias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoioamento: Chico Noroeste.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra da Deputada Luciana Rafagnin, que tem por finalidade dispor sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator, analisando a matéria, que o excesso de alunos em sala de aula não permite a oportunização de experiências, vivências aos alunos, impossibilita o professor de dar atendimento adequado às necessidades individuais do aluno, traduz-se em baixo rendimento escolar e, por conseguinte, um baixo nível de ensino.

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin “dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.”

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela constitucionalidade da proposição.

Da mesma forma a Comissão de Finanças exarou parecer favorável à tramitação regimental.

No mérito, a Comissão de Educação Cultura e Esportes não identificou qualquer elemento que possa obstaculizar a tramitação regimental.

O parecer é pela tramitação regimental e que seja submetido ao Plenário.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.

(a) TADEU VENERI

Presidente e Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDH. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 063/2003, de 25.08.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês que dispõe sobre obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado, substituindo integralmente a Lei Estadual nº 13.272, de 22 de agosto de 2001, que trata da mesma matéria de forma menos abrangente.

Trata-se do vulgarmente conhecido “teste da orelhinha” que diagnostica, logo após o nascimento de um bebê eventual surdez congênita do mesmo. Tal qual o “teste do pezinho”, já obrigatório em todo o território nacional, a verificação da alteração auditiva nos primeiros dias de vida de uma criança pode ser apurada através de uma medida muito simples e resultará em tomada de providências em tempo hábil para desenvolver-se a fala, a qual normalmente também fica prejudicada nas crianças com deficiência auditiva.

A proposta pretende substituir a Lei Estadual nº 13.27/2001 que, numa redação legislativa abominável, meramente autoriza o Poder Executivo Estadual a determinar que os estabelecimentos de saúde do Estado que recebem verbas públicas realizem o Exame de Emissões Acústicas Evocadas. Esta mera autorização é letra morta.

Assim, louvável a nova redação que estabelece de forma imperativa a realização deste exame por parte de todas as maternidades do Estado, sejam públicas, sejam privadas, ou os obriga a encaminhar os recém-nascidos para a realização do referido exame. E ainda dispõe de forma bem mais abrangente e conclusiva todas as providências necessárias para esta importante questão de ordem pública.

Voto e Fundamentação

A própria autora da proposição, em consonância com estudos realizados com a equipe da Secretaria de Estado da Saúde, apresentou algumas alterações na redação original do projeto de lei, resultando em um substitutivo, onde apenas tomamos a liberdade de excluir algumas atribuições endereçadas diretamente para determinada Secretaria de Estado, para fazer constar na lei o

órgão competente, cabendo ao Executivo, na sua exclusiva competência, no momento de regulamentar a lei, indicar a Secretaria ou órgão próprio a quem cabe atribuir as ações típicas de administração.

Desta forma apresentamos o substitutivo em anexo, para o qual entendemos não haver qualquer óbice de ordem constitucional, legal ou de técnica legislativa.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 484/2003, na forma do Substitutivo Geral retro, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 484/2003

Art. 1º - Ficam as maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado do Paraná obrigados a realizar gratuitamente o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nesses estabelecimentos.

Art. 2º - O exame deverá ser realizado preferencialmente nas dependências dos respectivos estabelecimentos até a alta do recém-nascido, ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Parágrafo Único - Não possuindo o estabelecimento hospitalar condições técnicas de realizar o exame, ficará este responsável pelo agendamento do mesmo junto a hospital apto a realizá-lo ou junto aos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 3º - A criança cujo teste apresentar falha deverá ser submetida a reteste, devendo ser agendado pelos estabelecimentos hospitalares preferencialmente até o 30º dia de vida. Confirmada a alteração auditiva a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares.

Art. 4º - Após os exames complementares, estabelecido o topodiagnóstico (local da lesão) e o grau de perda auditiva, a criança deverá ser submetida, quando necessário, ao processo de habilitação, adaptando-se o aparelho auditivo até o sexto mês de vida.

Art. 5º - Os estabelecimentos fornecerão aos pais, juntamente com o protocolo para vacinação, um cartão contendo o dia que os pais deverão comparecer ao estabelecimento hospitalar ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados para realizar o exame.

Parágrafo Único - No cartão referido neste artigo, a ser confeccionado e distribuído pelo órgão competente, na forma da regulamentação, ainda deverá constar:

I - o nome dos pais;

II - dia, hora e local que o exame será realizado;

III - dia e hora que o exame foi realizado, e o nome e registro do profissional que o realizou;

IV - dia e hora da realização do reteste quando necessário, e o nome e registro do profissional que o realizou.

Art. 6º - O cartão é documento obrigatório e deve ser anexado ao cartão de vacinação da criança quando da sua realização.

Art. 7º - Quando da realização da vacinação da criança, verificando o funcionário da saúde que a criança não possui o cartão ou que não consta no mesmo a realização do exame de emissões otoacústicas evocadas, este anotará o fato no cartão e advertirá aos pais a necessidade de comparecerem no estabelecimento hospitalar onde nasceu a criança para agendarem a realização do exame, podendo o mesmo ser realizado no próprio estabelecimento ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 8º - Verificada pelo funcionário da saúde a não realização do exame por ocasião de nova vacinação, este deverá notificar o órgão competente, na forma da regulamentação, a qual determinará a visita domiciliar de um Agente Comunitário de Saúde que ficará encarregado de marcar o exame junto ao estabelecimento de saúde, certificando-se da sua realização.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 10 - As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 13.272, de 22 de agosto de 2001.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoiamento: José Maria Ferreira.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Parecer favorável ao Substitutivo Geral do relator ao Projeto de Lei nº 484/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Somos favoráveis a que maternidades e hospitais públicos e privados do Estado do Paraná sejam obrigados

a realizar o Teste da Orelhinha, para diagnóstico precoce de surdez em bebês nascidos nesses estabelecimentos.

Confirmada a alteração auditiva, a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares. Após exames complementares e estabelecendo o topodiagnóstico e o grau da perda auditiva, a criança deverá ser submetida ao processo de habilitação, adaptando-se ao aparelho auditivo até o sexto mês de vida.

O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, que proporcionará benefícios indiscutíveis à comunidade paranaense, através da obrigatoriedade da realização de exames auditivos, que poderão diagnosticar precocemente surdez em crianças nascidas nos estabelecimentos hospitalares do nosso Estado.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 484/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.03.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Relatório

De autoria da Deputada Arlete Caramês, o presente projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares e particulares no Estado do Paraná e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se em apresentar uma Emenda Substitutiva Geral ao referido projeto. A citada Emenda foi aprovada na Comissão, recebendo parecer favorável à sua aprovação.

Do mesmo modo, ele veio a ser regimentalmente analisado pelas Comissões de Finanças e de Saúde Pública, de Educação, Cultura e Esportes, que seguiram o parecer dado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Ou seja, de ambas as Comissões, recebeu parecer favorável.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão manifestar-se, conforme preceitua o parágrafo 16, do artigo 33, do Regimento Interno, é o parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça e anexada ao projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 22.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 466, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 484/2003.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Só para um esclarecimento, porque há uma confusão, aqui. Este requerimento de retirada por três Sessões, é o projeto do Deputado Nereu?

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Não, é da deputada Arlete Caramês.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui que as escolas da zona rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 082/2003, de 14/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 626/2003

P A R E C E R :

A proposta legislativa em análise, de autoria da nobre Deputada Estadual Luciana Rafagnin, objetiva instaurar a obrigatoriedade da inclusão de “embasamento teórico e prático em agricultura ecológica” no currículo das escolas situadas nas zonas rurais do Estado, sejam elas públicas ou privadas.

Não obstante a preocupação da autora com a saúde do agricultor e da população que consome a produção agrícola e com a preservação do meio ambiente através

da educação, é necessário o saneamento da proposição para viabilizar a sua aprovação.

E porque, primeiramente, atribuições administrativas que por lei são impostas aos entes da administração pública, no caso a Secretaria da Educação, tem a iniciativa do respectivo processo legislativo reservada exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal.

No que se refere ao nosso Estado deve-se fazer a leitura do artigo 53 da Constituição Estadual, conjugadamente com o que dispõe o seu artigo 66, inciso IV.

Portanto, não poderá o Parlamentar, por iniciativa própria, apresentar projeto de lei sobre matéria que incumbe ao Poder Executivo provocar a discussão nesta Casa de Leis.

Já no que se refere à imposição da obrigatoriedade pretendida às escolas da rede privada de ensino, das zonas rurais do Estado, nenhum impedimento, quer legal ou constitucional se opõe aos objetivos da autora.

A competência legislativa sobre a matéria é concorrente entre a União, os Estados e Municípios (artigo 24, inciso IX - CF), o ensino é livre à iniciativa privada, e a Lei Nacional que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação - LDB (artigos 26 e 27), prevê um conteúdo básico mínimo para todo o território nacional e as adaptações necessárias ao meio rural:

“Art. 28 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho da zona rural”.

Isto posto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça à proposição da nobre Parlamentar, na forma do Substitutivo Geral em anexo, e no que respeita às escolas da rede pública de ensino sugere à autora que apresente a proposta legislativa ao Chefe do Poder Executivo sob a forma de Indicação deste Poder Legislativo.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 626/2003

O presente Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 626/2003, tem por objetivo alterar-lhe a redação, em face dos fundamentos expostos no parecer desta Comissão de Constituição e Justiça, conforme redação a seguir:

Art. 1º - Os estabelecimentos da rede privada de ensino da zona rural do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino de que trata esta lei, oportunizarão aos alunos, a associação do conhecimento empírico dos agricultores ao conhecimento científico, visando à agricultura sustentável.

§ 1º - As atividades de agroecologia não alterarão o currículo escolar, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - as atividades técnicas teóricas ecológicas deverão ser ministradas nas escolas através de:

- a) palestras;
- b) debates;
- c) seminários.

II - As práticas deverão ser conjugadas com ações participativas, priorizando o ambiente escolar, valorizando o saber local, visando a qualidade dos alimentos consumidos e, sobretudo a saúde dos consumidores;

III - deverão ser oportunizadas saídas de campo para conhecimento de propriedades agroecológicas da região.

§ 2º - Os custos para o desenvolvimento das atividades poderão ser obtidos através de parcerias de modo a viabilizar a execução dos projetos, devendo as escolas apresentar relatórios semestrais aos parceiros, detalhando as atividades realizadas e as metas alcançadas.

§ 3º - O estabelecimento de ensino de que trata esta lei, deverá manter biblioteca que viabilize o acesso das pessoas interessadas no aprofundamento dos seguintes temas:

- I - agroecologia;
- II - rotação de culturas;
- III - vida alternativa;
- IV - adubação verde;
- V - alimentação natural;
- VI - cooperativismo;
- VII - autogestão e reciclagem do lixo;
- VII - não utilização de agrotóxicos.

Art. 4º - Os estabelecimentos de ensino tratados nesta lei, deverão realizar encontros periódicos bimestrais para a troca de experiências.

Art. 5º - Os alimentos agroecológicos produzidos nas escolas pelos alunos serão utilizados na merenda escolar e o excedente distribuído entre os mesmos ou doados a entidades beneficentes.

Art. 6º - As ações desenvolvidas pela escola poderão ser divulgadas pelos meios de comunicação da região, auxiliando na formação da consciência ecológica nesta prática.

Art. 7º - Os alunos deverão ser avaliados de forma descritiva, com o objetivo de incentivá-los ao aprendizado, à troca de experiências e a apresentação de alternativas viáveis para problemas que possam surgir no âmbito ecológico.

Parágrafo Único - A avaliação do aluno deverá considerar:

- I - interesse;
- II - atenção;
- III - participação nas atividades propostas.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 626/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, tem por desígnio instituir que as escolas da zona rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos regimental e legalmente exigidos. Nesta seara, respeitando-se a alçada desta Comissão Permanente, deve-se sopesar sobre a viabilidade financeira do projeto de lei.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 435, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 626/2003.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Mussa José Assis. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02.12.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 719/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 719/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Mussa José Assis.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e da Lei Estadual nº 13.155, 14 de fevereiro de 2001, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica Legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

Este projeto depende de voto secreto. Os Deputados que votaram favoravelmente à propositura do Deputado Carlos, votarão com a expressão SIM. E os que rejeitarem, votarão com a expressão NÃO.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Sr. Presidente, para ser bem sucinto e objetivo, este título que estamos concedendo, neste momento a um grande cidadão do Brasil, Mussa José Assis, um dos grandes jornalistas da história do Paraná e hoje talvez, em atividade, um dos mais antigos, comandando o jornal o Estado do Paraná e do jornal Tribunal do Paraná, do Grupo Paulo Pimentel, homenagem merecida, simples, a quem de fato ajudou a escrever a história do Paraná.

Por isso meu apelo aos Deputados, companheiros, meus amigos, colegas, o voto SIM a essa figura que tanto fez, que tanto escreveu em favor do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito ao Deputado Padre Paulo a chamada dos Srs. Deputados para a votação do item 8º, 1ª Discussão do Projeto de Lei 719/2003, da autoria do Deputado Carlos Simões. Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Mussa José Assis.

Solicito ao nobre Deputado Padre Paulo, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**) (**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e um Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo os Deputados Luiz Nishimori, Alexandre Curi e Nelson Garcia, para o escrutínio dos votos.

(Escrutínio dos votos)**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Aprovado por unanimidade, em primeira discussão, o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Mussa José Assis.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada.**

PROJETO DE LEI Nº 001/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamentos contratados com agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, ou por lei federal que vier a sucedê-lo ou alterar o referido decreto.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei consideram-se como beneficiários os agricultores familiares enquadrados no PRONAF de acordo com as normas estabelecidas no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil - BACEN.

Art. 2º - O Fundo de Aval tem por objetivo democratizar, fomentar, socializar e aumentar a competitividade das atividades econômicas, de forma compatível com o Meio Ambiente no Estado do Paraná através da facilitação do acesso ao crédito rural, concedendo garantias à contratação de financiamentos aos beneficiários do PRONAF, de forma individual, grupal ou organizados em associações e cooperativas.

Art. 3º - O Fundo de Aval contará com o aporte inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, para, respeitados os limites e diretrizes da Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal, prestar garantias à contratação de financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais de crédito, federais, estaduais e municipais, inclusive cooperativas habilitadas a operacionalizar o PRONAF.

Parágrafo Único - As instituições financeiras oficiais de créditos e cooperativas referidas no *caput* deste artigo só poderão utilizar o Fundo de Aval mediante cele-

bração de convênios específicos com o Estado do Paraná que, necessariamente, versarão sobre:

I - obrigações dos agentes financeiros;

II - procedimentos operacionais;

III - o cumprimento do aval por parte do Fundo de Aval;

IV - recuperação dos créditos em caso de inadimplência;

V - outros procedimentos e normas que assegurem o pleno funcionamento do Fundo de Aval.

Art. 4º - As garantias à contratação de financiamentos previstas nesta lei destinam-se:

I - à realização de investimentos fixos e semi fixos;

II - à implantação de novos empreendimentos produtivos rurais;

III - ao financiamento de capital de giro;

IV - à operações de custeio agrícola, pecuário e extrativista;

V - comercialização de produtos agropecuários e implantação de agroindústrias de base familiar;

VI - à contratação de consultoria técnica.

VII - à produção e comercialização de produtos.

§ 1º - Somente serão avalizadas com recursos financeiros do Fundo de Aval as operações de crédito que forem enquadradas no PRONAF e nas linhas prioritárias de financiamento definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola - COND-ERPA (Lei nº 9.917, de 30 de março de 1992), tendo por base os objetivos estratégicos do plano de desenvolvimento econômico-social do Estado do Paraná.

§ 2º - As garantias do Fundo de Aval poderão ser concedidas conjuntamente com outras prestadas por diferentes fundos de avais e/ou instituições similares, em atuações complementares, conjuntas ou isoladas, visando a viabilização de operações de crédito aos beneficiários previstos no artigo 2º desta Lei.

Art. 5º - Constituem receitas de Fundo de Aval os recursos financeiros:

I - oriundos do Orçamento Geral do Estado do Paraná, transferidos pelo Tesouro Estadual;

II - transferidos por instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, participantes de projetos de parceria com o Fundo de Aval;

III - oriundos de doações de qualquer natureza;

IV - resultantes dos rendimentos de aplicações financeiras;

V - oriundos de recuperação de valores de avais honrados pelo Fundo de Aval;

VI - resultante da revisão de saldos não aplicados.

Parágrafo Único - O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo de Aval.

Art. 6º - O Decreto regulamentar desta lei estabelecerá:

I - as condições gerais para a concessão de aval pelo Fundo de Aval;

II - os níveis máximos de garantias a serem adotados nas operações de aval;

III - as condições de efetivação do provimento dos recursos financeiros pelo Fundo de Aval.

IV - o prazo máximo de garantia, independentemente do prazo de financiamento pactuado, ser superior ao limite que for fixado. Em caso de prorrogação parcial ou total mediante os termos previstos em lei;

V - o público alvo a ser contemplado dentro das diversas categorias de produtores no PRONAF.

Art. 7º - O beneficiário de aval previsto nesta lei que, injustificadamente, não honrar os seus compromissos financeiros com as instituições oficiais de crédito conveniadas com o Estado do Paraná, para o fim nela previsto, resultado na utilização de recursos financeiros do Fundo de Aval para cobrir o montante do financiamento que foi por ele avalizado, não poderá ter qualquer tipo de relacionamento contratual, comercial e financeiro com a administração estadual, direta e indireta, especialmente na realização de obras, prestação de serviços e fornecimento de bens e materiais de consumo de qualquer tipo, enquanto o seu débito não for pago.

Parágrafo Único - Caso o benefício seja pessoa jurídica, aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos seus acionistas, quotistas ou sócios.

Art. 8º - Não será concedida nova garantia de Fundo de Aval antes da quitação da operação inicialmente concedida, quando destinado para a mesma finalidade.

Art. 9º - Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Comitê Gestor Intersecretarial do Fundo de Aval, de caráter deliberativo, a quem compete as decisões relativas à administração geral do Fundo de Aval, baixar instruções normativas complementares à operacionalização, organização administrativa, contábil, financeira, orçamentária e à concessão de garantias à contratação de financiamento de que trata esta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará:

I - a composição e o regimento interno do Comitê Gestor Intersecretarial Estadual atuará nos municípios em consonância com os planos de desenvolvimentos rurais - PDR, na análise das prioridades e beneficiários do Fundo.

Art. 11 - Os recursos financeiros do Fundo de Aval serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, através de instituições financeiras oficiais de crédito conveniadas.

Art. 12 - Aplicam-se à execução do Fundo de Aval as normas públicas que regem a legislação orça-

mentária e financeira, a legislação processual específica para cobrança dos créditos tributários e não-tributários do Estado, bem como, no que couber, as normas gerais constantes do Manual de Crédito Rural - MCR do Banco Central do Brasil, nos termos do decreto regulamentar.

Art. 13 - O Fundo de Aval estará sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar.

Art. 14 - Os bens adquiridos com recursos do Fundo de Aval serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Art. 15 - A gestão financeira do Fundo de Aval será exercida pela Agência de Fomento do Paraná S/A, devendo obedecer as decisões tomadas pelo Comitê Gestor Intersecretarial.

Parágrafo Único - O registro, o controle contábil e financeiro do Fundo de Aval, bem como das concessões de avais serão realizados por setor próprio da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 16 - Os riscos operacionais decorrentes dos avais concedidos serão assumidos pelo Fundo de Aval, limitados ao seu patrimônio líquido.

Art. 17 - Fica limitada a alavancagem de cobertura do Fundo de Aval, na concessão de garantias de crédito de operações, em até 10 (dez) vezes o seu patrimônio líquido.

Art. 18 - A extinção do Fundo de Aval dar-se-á mediante aprovação de lei, sendo que, os recursos existentes serão revertidos aos cofres públicos estaduais.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2004.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 001/2004

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 001/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta instituir no Estado do Paraná, através de

lei ordinária, um Fundo de Aval, de natureza contábil, garantidos da agricultura paranaense.

Trata-se de um Fundo a ser gerido pela Agência de Fomento do Paraná, com normas a serem deliberadas por um Comitê Gestor Intersecretarial, também ora criado, mas ainda a ser regulamentado pelo Poder Executivo, e que funcionará no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Para ser implantado, o Fundo terá um aporte inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do Tesouro do Estado. No entanto, outras receitas ainda podem advir de transferências por parte de instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais; doações de qualquer natureza; recursos dos rendimentos de aplicações financeiras; e, oportunamente, dos oriundos da recuperação de valores de avales honrados e da revisão anual dos saldos não aplicados.

Os recursos do Fundo de Aval ora proposto, que serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, destinam-se a avalizar operações de crédito que visem realização de investimentos fixos e semifixos; implantação de novos empreendimentos produtivos rurais; financiamento de capital de giro; operações de custeio agrícola, pecuário e extrativista; comercialização de produtos agropecuários e implantação de agroindústrias de base familiar, contratação de consultoria técnica e/ou produção e comercialização de produtos. Contudo, serão beneficiários apenas os tomadores de financiamentos que forem enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e nas linhas prioritárias de financiamento definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola (CONDERPA).

Outras regras dispõem ainda o projeto, como sanções em caso de inadimplemento por parte dos beneficiários, normas que se aplicam à execução do Fundo, extinção do mesmo, entre outras.

Em consonância com os objetivos estratégicos do plano de desenvolvimento econômico-social do Estado do Paraná, fundamenta-se a presente proposta de criação de um Fundo de Aval Estadual no fato de, aproximadamente, 80% (oitenta por cento) dos agricultores paranaenses enquadrarem-se na categoria de agricultores familiares. Porém, destes, muitos ficam impedidos de usufruir os benefícios da política de crédito rural institucionalizado, por impossibilidade de apresentarem garantias aos financiamentos, restando assim excluídos.

II - Da Fundamentação do Parecer

Fundos Especiais serão sempre criados por lei, nos termos do artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal do Brasil, que deverá dispor sobre seus objetivos, subordinação, atribuições, origem dos recursos financeiros, orçamento, contabilidade e respectiva prestação de contas na forma da legislação pertinente à matéria. E estes requisitos estão presentes no projeto de lei ora em exame.

Os recursos que o Estado destinar aos Fundos Especiais, deverão estar autorizados no Orçamento Geral ou em Créditos Adicionais, a fim de atender aos princípios preconizados na Constituição Federal da unidade e universalidade orçamentária. E verificando o orçamento do Estado para o corrente ano verificamos que o Executivo já previu no mesmo o aporte inicial que consta no presente projeto de lei que pretende instituir o Fundo de Aval para a Agricultura Familiar.

Nos termos do artigo 167, inciso IV, na Constituição Federal, os recursos destinados ao Fundo não estão vinculados a receitas de impostos próprios, e o mesmo não possui quadro de pessoal próprio, devendo utilizar-se dos servidores que são colocados à sua disposição e os Gestores deste Fundo Especial prestarão contas dos recursos recebidos, na forma e nos prazos estabelecidos nas normas próprias existentes e nas que o Executivo ainda regulamentará.

Considerando que os Fundos Especiais são entendidos como forma de gestão dos recursos públicos, sendo sempre vinculados a um órgão da Administração Pública, centralizada ou descentralizada, a instituição de um Fundo Estadual, de iniciativa do Executivo Estadual, através da presente lei ordinária que ora se pretende aprovar, com objetivo de fornecer garantias em financiamentos, de natureza de crédito rural, aos agricultores familiares, com absoluta compatibilidade com o Orçamento Estadual, no qual já se encontra previsto rubrica para o seu aporte inicial, não encontra qualquer óbice, no nosso entender, que o incompatibilize com o sistema legal existente, seja de natureza constitucional, seja de natureza financeira ou outro qualquer.

A única ressalva que apresentamos é de natureza de redação, a qual deve ser sanada pela Comissão própria desta Casa, quanto ao artigo 10 do projeto, que, na proposta original consta um único inciso, o que, na nossa sugestão, deverá ser eliminado para uma redação direta.

III - Conclusão

Diante do acima exposto, somos pelo parecer favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 001/2004

Art. 1º - Modifica o parágrafo 1º do artigo 4º do Projeto de Lei nº 001/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - ... (omissis)

§ 1º - Somente serão avalizadas com recursos financeiros do Fundo de Aval as operações de crédito que forem enquadradas no PRONAF e nas linhas prioritárias de financiamento definidas pelo Conselho Estadual de

Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - CEDRAF, tendo por base os objetivos estratégicos do plano de desenvolvimento econômico-social do Estado do Paraná.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 001/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo, institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e não apresenta relatório de impacto financeiro, para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Solicita-se, dessa forma, seja oficiado ao Chefe do Poder Executivo solicitando seja regularizada a omissão, complementando a exigência legal.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 001/2004, com a ressalva apontada.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 430 e 462, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 434 de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Deferido. Não vai à votação; o Presidente defere. Está designada como representante da Assembléia.**

Requerimento nº 465, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Elio Rusch e Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 420, 421, 450 e 451, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 422 e 423, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 424, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 429 e 456, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 436 a 440 e 445, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 442, 443 e 463, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 444, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 448, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 452, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 455, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 457, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 461, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela autora.**

Requerimento nº 464, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do Vereador Silverinho, da Câmara Municipal de Assaí.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado a presença do ilustre visitante.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero apenas comunicar à Casa, se me permite, que na sexta-feira, às 10h00min, teremos audiência pública no grande plenário, com a promoção da Comissão de Fiscalização da Assembléia, onde inúmeras autoridades brasileiras estarão aqui para discutir assuntos dos Portos do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 728/2003; 036 e 045/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 114 e 118/2003; 002 e 004/2004.

Levanta-se a Sessão.

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA 06.04.2004 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 478/2003, de autoria do Deputado Artagnão Júnior, que estabelece prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao IAP. **Relator: Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 594/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 688/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das regiões metropolitanas do Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 689/2003, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dispõe sobre a troca da água de lastro dos navios que operam nos portos marítimos do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 691/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre prestação de serviços dos estudantes universitários do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 09.03.2004, com vistas aos Deputados Tadeu Veneri e José Maria Ferreira em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná e normatiza a suspensão. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a normatização da interrupção no fornecimento de água aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define direitos dos agentes Comunitários de Saúde do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 736/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que cria o Serviço de Assistência Religiosa do Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 738/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrancadão de Tratores no Município de Maripá. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 09.03.2004, com vistas à Deputada Elza Correia em 16.03.2004.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 041/2004, de autoria do Poder Executivo, que define limites remuneratórios e forma de cálculos para contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive militares, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 19.03.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 098/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de consumação obrigatória ou consumação mínima em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais. **Emendas de Plenário. Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Dr. Luciano Ducci, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Festival Estadual de

Teatro Estudantil a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Cultura. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 739/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital, a ser comemorado no último sábado do mês de março. **Anexo o Projeto de Lei nº 027/2004. Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 31.03.2004.**

Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças do vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Marcos Isfer, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Social. **Relator: Deputado José Maria Ferreira designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 019/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que proíbe o uso de herbicidas derivado de Dimetilamina no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 039/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que denomina de Avenida Governador José Richa, o trecho da antiga BR-116, hoje conhecida como BR-476. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 447/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores, com sede e foro no Município de Alto Paraná. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 474/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Samaritano, com sede e foro no

Município de São Miguel do Iguaçu. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 705/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que altera o artigo 1º da Lei 14.181/2003, que declarou de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina de Maringá, com sede e foro em Maringá. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 016/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública Centro de Educação Infantil Tia Lana, com sede e foro no Município de Londrina. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 031/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Água Viva, com sede e foro no Município de Maringá. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 046/2004, de autoria do Deputado Luís Nishimori, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Sarandi, com sede em Sarandi e foro em Marialva. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 052/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Fraternidade Espírita Mensageiros da Luz, com sede e foro no Município de Ipirorã. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 31.03.2004.**

Projeto de Lei nº 059/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Pérola, com sede e foro no Município de Pérola. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 060/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Balneários de Santa Terezinha e Itapuã, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 087/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 31.03.2004.**